



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANA DA SILVA NAVARRO FRANCESCONI

**ENVELHECER E SER VELHO NA ORDEM DO CAPITAL: QUANDO A VELHICE
SE TRANSFORMA EM MERCADORIA**

Monografia

Mariana – MG

2017

CRISTIANA DA SILVA NAVARRO FRANCESCONI

**ENVELHECER E SER VELHO NA ORDEM DO CAPITAL: QUANDO A VELHICE
SE TRANSFORMA EM MERCADORIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, desenvolvido sob a orientação da Prof.^a Dra. Estela Saléh da Cunha.

Mariana – MG
2017

C972e Francesconi, Cristiana da Silva Navarro

Envelhecer e ser velho na ordem do capital [recurso eletrônico] : quando a velhice se transforma em mercadoria / Cristiana da Silva Navarro Francesconi.-

Mariana, MG, 2017.

1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017

1. Envelhecimento - Teses. 2. MEM. 3. Terceira idade - Teses. 4. Monografia. 5. Capitalismo - Teses. 6. Comercialização - Teses. I.Cunha, Estela Saléh da. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.4-053.9

: 15

: 1419143

**ENVELHECER E SER VELHO NA ORDEM DO CAPITAL: QUANDO A
VELHICE SE TRANSFORMA EM MERCADORIA**

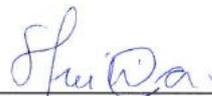
CRISTIANA DA SILVA NAVARRO FRANCESCONI

ORIENTADOR (A): Dra. Estela Saleh da Cunha

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 28 / 08 / 2017

Profª Me. Jussara de Cássia Soares Lopes



Profª Me. Sheila Dias Almeida



Profª Dra. Estela Saleh da Cunha

Dedico este estudo aos “velhinhos” mais importantes e amados da minha vida: Vicente (in memoriam) e Agostinha.

AGRADECIMENTOS

Em nossa caminhada ao longo da vida são muitas as pessoas que nos acompanham, algumas nos amparam, outras nos encorajam, muitas discordam de nossos pontos de vista, nos obrigando a reflexões difíceis, mas necessárias ao nosso crescimento pessoal, mas com todas aprendemos. Algumas permanecerão por toda vida, outras, como a brisa, serão breves – porém, todas são imprescindíveis neste processo.

Deixo aqui meus agradecimentos à minha orientadora Estela, pelo seu brilhantismo em suas orientações, apoio, dedicação e, sobretudo pela paciência. Admiro-lhe muito.

Gostaria de ressaltar meu especial carinho pelos meus avós Vicente (*in memoriam*) e Agostinha, meus amores, inspiração para o desenvolvimento deste trabalho, que em sua batalha quase secular criaram todas as condições, materiais e afetivas, para que eu chegasse onde estou. Minha eterna gratidão pelo amor, doçura, paciência e dedicação em minha criação e por tudo mais que me proporcionaram ao longo de minha vida.

À minha mãe, Ana Maria, minha amiga de todas as horas, pelo apoio incondicional e pela sua alegria contagiante que através de seu jeito brincalhão de ser, traz maior leveza à minha existência.

Ao meu esposo Felipe, meu anjo lindo, pelo seu companheirismo e compreensão por todas as vezes que ao longo destes quatro anos de faculdade, ouviu a célebre frase: “agora não posso” e ainda assim perdoou minha falta de tempo. Tudo isso só foi possível pela família que formamos e por todo amor que nos envolve.

Ao meu filho, Jorge Emanuel, meu amor mais novinho, que sempre preenche nossas vidas de alegria e me faz sorrir todos os dias. Todo meu esforço é por você minha vida!

Família linda, amo vocês incondicionalmente!

Aos meus familiares de Mariana e Barbacena, pelas orações, carinho e vibrações positivas.

Aos amigos pelos conselhos e pela camaradagem.

Aos colegas de graduação pelo carinho, pelos sonhos e esperanças compartilhados em agradáveis conversas.

A Deus, por renovar as minhas forças a cada dia, pelo dom da vida e por permitir que eu continue lutando para alcançar os meus objetivos.

Enfim, a todos, minha GRATIDÃO!

RESUMO

O objeto de estudo do presente trabalho é o processo de envelhecimento dentro da sociedade burguesa e como ocorre uma mudança na forma de se conceber a velhice a partir da invenção da “terceira idade” e da sua própria negação. Assim, o recorte sobre este elemento se propôs a analisar a “mercantilização da velhice” dentro de um contexto que valoriza a juventude, no qual se abre espaço à mercantilização de produtos e serviços para quem não quer tornar-se velho; caracterizando essa etapa como a pior fase da vida. A sociedade capitalista desconsidera que envelhecer é biológico e inevitável em um curso de vida contínuo por isso vende a ilusão da juventude eterna. A velhice em nossa sociedade é representada de forma negativa onde os próprios velhos não se sentem confortáveis em aceitar e/ou aparentar a idade que possuem. Para a mulher, em função de construções culturais, o envelhecimento é um processo muito mais perverso, principalmente quando vem acompanhado da aposentadoria e da menopausa, quando ela se vê improdutiva enquanto trabalhadora e mulher. Tendo em vista que as mulheres vivem mais, é necessário analisar neste trabalho a feminização da velhice. Para alcançar os objetivos propostos, primeiramente abordou-se a categoria trabalho, ainda que sucintamente, e a sua importância para o ser social. Em seguida, retratou-se a velhice em suas diversas identidades, analisando-se as tentativas e estratégias de homogeneização desta etapa da vida. Outro ponto a ser estudado foi acerca de quem pode/tem condições de usufruir desta “qualidade de vida” vendida no mercado de consumo capitalista e a responsabilização do sujeito pela forma como envelhece. Nesta perspectiva, são levantadas as respostas advindas do Estado, as políticas sociais de proteção aos velhos e as novas simbioses da parceria – público/privado.

Palavras-chave: Capitalismo (produção e reprodução); mercantilização; feminização da velhice; processo de envelhecimento, Terceira Idade; reprivatização da velhice.

ABSTRACT

The object of study of the present work is the process of aging within bourgeois society and how a change occurs in the way of conceiving old age from the invention of the "old age" and its own negation. Thus the clipping on this element set out to analyze the "commodification of old age" within a context that values youth, in which there is room for the commodification of products and services for those who do not want to become old; characterizing this stage as the worst phase of life. Capitalist society disregards the fact that aging is biological and inevitable in a continuous course of life so it sells the illusion of eternal youth. Old age in our society is represented in a negative way where the old people themselves do not feel comfortable accepting and / or pretending their age. For women, due to cultural constructions, aging is a much more perverse process, especially when it comes with retirement and menopause, when it becomes unproductive as a worker and a woman. Given that women live longer, it is necessary to analyze in this work the feminization of old age. In order to reach the proposed objectives, the work category was first approached, although succinctly, and its importance for the social being. Then, the old age was portrayed in its various identities, analyzing the attempts and strategies of homogenization of this stage of life. Another point to be studied was about who can / is able to enjoy this "quality of life" sold in the capitalist consumer market and the responsibility of the subject for the way he grows older. In this perspective, the responses from the State, the social policies to protect the old and the new symbioses of the partnership - public / private - are raised.

Keywords: Capitalism (production and reproduction); commodification; feminization of old age; aging process, Elderly; reprivatization of old age.

LISTA DE SIGLAS

ANG – Associação Nacional de Gerontologia

ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar

BPC – Benefício de Prestação Continuada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPI – Imposto sobre produtos Industrializados

IR – Imposto de Renda

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONG – Organização não Governamental

PACS – Plano de Agentes Comunitários de Saúde

PAG – Plano de Ação Governamental

PEA – População Economicamente Ativa

PNI – Política Nacional do Idoso

PSDB – Partido Democrata Socialista Brasileiro

SESC – Serviço Social do Comércio

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Supremo Tribunal de Justiça

SUS – Sistema Único de Saúde

UBSs – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

Introdução	09
1. O TRABALHO E O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO: A INSERÇÃO DO SER SOCIAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	14
1.1. Trabalho, ser social e o processo de mercantilização	16
1.2. O homem que envelhece: aquele que realiza o trabalho	23
1.3. O velho trabalhador enquanto sustento da família	25
2. A VISÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À VELHICE E O INVESTIMENTO DO CAPITALISMO NO LUCRATIVO MERCADO DIRECIONADO À “TERCEIRA IDADE”	32
2.1. “Terceira Idade” – a mercantilização da velhice	37
3. AS RESPOSTAS DO ESTADO À QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO: PARCERIAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	52
3.1. A gestão da velhice pelas políticas públicas	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

Introdução

O envelhecimento é um processo natural, inevitável, irreversível e, igualmente, submetido a fatores externos ao sujeito. Assim, a discussão central deste trabalho será em torno de como tem se dado este processo dentro da ordem capitalista a partir da segunda metade do século XX no Brasil.

Quando pensamos na questão da velhice dentro desta sociedade, devemos avaliá-la sob múltiplos enfoques. Em seu trabalho acerca do envelhecimento da população brasileira, Camarano (2002), mostra que a preocupação com os aspectos demográficos deste processo é recente e cita estudos que levantam fatores como:

1. Impacto do envelhecimento da população na Previdência Social (este fator tem servido para endossar o discurso acerca da necessidade de se implementar as reformas pretendidas pelo governo nesta área);
2. As condições de vida da população idosa;
3. Como a velhice tem se tornado um problema social, visto que o sujeito consome mais do que produz nesta fase da vida;
4. O surgimento de campos de conhecimento especializados voltados para os levantamentos das necessidades deste público, bem como dos problemas que enfrentam;
5. O aspecto da feminização da velhice, em que a longevidade nem sempre é uma vantagem, visto que grande parte das mulheres viúvas vive sozinha, sem experiência de trabalho no mercado formal e sem qualificação;
6. A queda nos níveis de fecundidade que acaba reduzindo a médio/longo prazo a população economicamente ativa.

Estudos acerca de outras particularidades do processo de envelhecimento apontam para uma heterogeneidade nas formas de envelhecer e conceber a velhice, decorrentes, sobretudo, da questão financeira, que mostra como este processo reproduz a desigualdade social característica do modelo de sociabilidade que configura o capitalismo.

1) O velho que pertence à classe burguesa, que vive (e/ou tem condições de viver) a ideologia da “velhice bem sucedida” e se enquadra no que é denominada “Terceira Idade” constitui-se o grupo daqueles que desfrutam de um lucrativo mercado de atividades

recreativas, esportivas e também de produtos desenvolvidos para idosos. São os velhos que tem dinheiro, que vivem de uma aposentadoria alta porque tiveram acesso à educação, que conseqüentemente terão melhores condições de trabalho com melhor remuneração; ou até mesmo os velhos improdutivos, que nunca trabalharam porque nunca precisaram trabalhar, por pertencerem à classe burguesa, detentora de riqueza apropriada pela exploração do trabalho do outro. Há também os velhos que pertencem à classe trabalhadora, que trabalham exaustivamente com o objetivo de ganhar dinheiro para que, além das necessidades básicas como a saúde, possam ser supridas outras necessidades como: o desejo de viajar, de participar de grupos de convivência, de enaltecer a “juventude que há dentro de si” fazendo uso de tratamentos estéticos e medicamentos que evitam, de certa forma, o envelhecimento – dando a entender que ter mais de sessenta anos é essencialmente ruim.

2) O velho, trabalhador, pobre, que ajuda os filhos desempregados; o velho que mora sozinho e, ainda que seja aposentado, não consegue sustentar-se com o dinheiro que recebe; o velho aposentado que consegue suprir as suas necessidades; o velho não aposentado; o velho que recebe Benefício de Prestação Continuada (BPC); o velho que depende dos seus filhos; o velho que cuida dos seus filhos e como tem sido as respostas do Estado a este processo de envelhecimento.

A sociedade capitalista, que é caracterizada pela desigualdade social, divide os homens entre proprietários dos meios de produção e desapropriados destes meios, entre ricos e pobres, e, ainda, enaltece a juventude e desvaloriza a velhice. O velho neste contexto não é compreendido em suas necessidades e limitações e nem valorizado em sua sabedoria, se limita a “ocupar espaço” de forma muitas vezes incômoda, como uma figura fragilizada, que demanda cuidados e consiste em algo desconfortável que atrapalha a vida daqueles que ainda não envelheceram e que *a priori* poderiam ou deveriam assumir os cuidados para com os velhos.

Com a criação das famosas *Universités Du Troisième Âge* na França nos anos 70 do século XX, houve a popularização da expressão *Terceira Idade* e com ela surge outra forma menos depreciativa de conceber a velhice. A denominada “Terceira Idade”:

[...] exprime metaforicamente esta nova situação; não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades livres dos

constrangimentos do mundo profissional e familiar. Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. (DEBERT, 1997, p.2)

Ao efetuar uma análise das formas de produção e reprodução das relações sociais na ordem do capital e analisar a questão do envelhecimento na sociedade ocidental é possível perceber as implicações desta relação no processo de envelhecimento dos sujeitos sociais na contemporaneidade. Neste sentido, envelhecer em si não é um problema, as relações sociais estabelecidas ao longo da vida, dentro da sociedade capitalista, é que torna a velhice um problema, pois moldam uma forma de olhar o mundo que só valoriza a juventude¹ e que acaba por determinar as formas de envelhecimento aceitáveis, como se este processo fosse controlável e não estivesse submetido ao contexto no qual está inserido o indivíduo.

Desta forma, a escolha do tema justifica-se pelo interesse em entender melhor o processo de envelhecimento na ordem do capital, o tipo de vida ao qual o sujeito velho está submetido de acordo com suas condições financeiras, dentro de um contexto econômico que reduz tudo à condição de “mercadoria” e se orienta sempre na busca incansável pelo lucro que faz do “ser velho” um meio de obtenção de mais-valia. O que é ser velho em um mundo que prioriza a capacidade de produzir riqueza e de gerar lucro? Qual o lugar do velho, neste mundo, cuja capacidade produtiva encontra-se aquém do esperado?

A pesquisa também contemplará outras questões tais como: a forma como se dá o processo de envelhecimento; como está a “qualidade de vida” dos velhos; o que eles representam no contexto social e como são representados na/pela sociedade. A importância de abordar este assunto está na compreensão de como a “*mercantilização da velhice*” vem se tornando cada vez mais ampla e forte, fazendo dos velhos um meio de crescimento do mercado capitalista – reprodução e consumo. Assim, torna-se necessário o esclarecimento acerca do debate sobre os impactos do capitalismo, que perpassam ao longo da vida do velho trabalhador, transformando-o em *mercadoria*, no sentido de gerar lucros, seja através de doença, estética, viagens, ou qualquer outro âmbito da vida que se torna *reificado*².

¹ Desconectada de um grupo etário específico, a juventude passou a significar um valor que deve ser conquistado e mantido, em qualquer idade, através da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. (ZARUR e CAMPOS, 2015, p.47).

² Segundo Bottomore, s.d., p. 494-495, na obra Dicionário do Pensamento Marxista, reificação É o ato (ou resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e

Para uma análise crítica do tema a ser desenvolvido, fez-se a opção pelo método marxista para a realização deste trabalho. Tendo em vista que somos sujeitos históricos e criadores da história e partindo do conhecimento do objeto central da pesquisa, na sua objetividade e subjetividade, quanto ao modo de vida da sociedade no qual se insere, a teoria marxista estabelece:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada [...] (MARX, 2002, p.21).

Sabendo que esta pesquisa, por diversos momentos esbarrou em muitas problemáticas, como tempo para entrega e limitações humanas do próprio pesquisador. Deixa sua contribuição inicial para que outras pesquisas sobre a temática possam ser desenvolvidas e debatidas no âmbito do curso de Serviço Social

Assim, este trabalho será desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, levando-se em consideração alguns marcos legais que, ao mesmo tempo em que respondem as demandas e anseios das Velhices, na concepção de Simone de Beauvoir (1990), onde se expressam as diversas formas de envelhecer, contribuem para amplificar sua representação como um problema cada vez mais individualizado e fortalecem a negação de sua própria condição através da concepção que aqui entendemos como mercadológica (no contexto brasileiro, especialmente) representado na invenção da “Terceira Idade”.

O presente trabalho de conclusão de curso do Serviço Social traz importantes contribuições para pensarmos na dinâmica da vida capitalista e seus reflexos na velhice, e como podemos pensar em políticas e formas de trabalhar com esses usuários, que vão se utilizar por diversas vezes das políticas de Seguridade, especialmente as de assistência e

ações de coisas produzidas pelo homem, que se tornaram independentes (e que são imaginadas como originalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de ALIENAÇÃO, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista.

programas sociais. Como bem salienta Pereira (s.d.) sobre a relação da profissão com a temática:

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. E mais, não pode esse abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada. (PEREIRA, s.a., p. 3)

Para melhor compreensão, este trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo será abordada a origem do “trabalho”, o surgimento do “ser social” e o “processo de mercantilização” que se dá através das relações mantidas no modo de produção capitalista. Além de retratar o trabalhador em questão, ou seja, o homem que envelhece.

O segundo capítulo volta-se para o foco da pesquisa – o sujeito velho e as diversas formas de envelhecer – apresentando o debate acerca da “mercantilização da velhice”, no qual aborda o mercado direcionado aos velhos, sendo eles próprios também utilizados como mercadoria; a definição de idoso; o surgimento do termo “Terceira Idade”, que é tão utilizado na contemporaneidade, no qual classifica a velhice como a melhor fase da vida; a Gerontologia e Geriatria, que são consideradas como armadilhas do capitalismo para expandir a ideologia da velhice bem sucedida (Haddad, 1986).

Já no terceiro capítulo, discutem-se as respostas advindas do Estado, as simbioses entre o público e o privado, fazendo uma retomada histórica dentro do contexto de construções dos direitos no Brasil.

1. O TRABALHO E O PROCESSO DE MERCANTILIZAÇÃO: A INSERÇÃO DO SER SOCIAL NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A fim de darmos início ao nosso trajeto de construção do conhecimento proposto neste trabalho investigativo, faz-se necessário compreender as particularidades do modo de produção e reprodução capitalista, e, desta forma, considerar o processo de envelhecimento nesta ordem societária e de como este processo de envelhecimento pode ganhar outra conotação quando a velhice deixa de ser concebida como um processo natural de curso de vida para se transformar em um estilo de vida em uma busca pela juventude eterna. Assim, pode-se conceber o processo de envelhecer em uma sociedade regida pelo capital como mercadoria e como este processo se tornará fonte de lucro, contribuindo para a reprodução desta ordem.

A sociedade capitalista, além de produzir mercadorias e relações de dominação, também produz e reproduz relações de exploração e degradação do ser humano, que é conduzido pela lógica do trabalho abstrato³. Com o consentimento do Estado (representante da burguesia), objetiva perpetuar a extração da mais-valia⁴⁵, a reprodução, acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida. Analisando o papel do Estado pela ótica da luta de classes, inserindo-se nas determinações históricas e do surgimento do modo de produção capitalista, pode-se dizer que o Estado burguês contemporâneo é fruto dessas relações sociais e que assumindo uma aparência de imparcialidade regula e intervém no funcionamento do sistema capitalista.

³ Trabalho abstrato: manifestado no valor de troca, se dá pela despesa de energias humanas, físicas e intelectuais.

⁴ “O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)” (Marx, 1983, p. 228). Segundo Bottomore, s.d., p. 361, na obra Dicionário do Pensamento Marxista, “A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário”.

⁵ Mais-valia: A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *differentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. Mas o lucro e o salário são, ambos, DINHEIRO e, portanto, uma forma objetificada do trabalho que só se torna possível em função de um conjunto de mediações historicamente específicas em que o conceito de mais-valia é crucial. (BOTTOMORE, s.d., p. 361).

Ao capital não interessa o futuro do trabalhador, apenas o valor do uso de sua força de trabalho, e, quando este, já envelhecido, exaurido pelas particularidades do modo de produção vigente, extração de mais-valia, longas jornadas, não consegue (re) produzir a mesma magnitude de valor, torna-se para o capital um custo oneroso e a partir de então relegado à marginalização.

Ao debatermos sobre a questão da “mercantilização do envelhecimento”, devemos entender o motivo e a origem desta, tomando-a como uma expressão da perspectiva social, que é manifestada na forma como envelhecemos e nas respostas dadas a esse envelhecimento, que está engendrada na vida de muitos idosos, não somente brasileiros, mas do mundo todo.

Existe a necessidade em analisar o significado do trabalho no processo de constituição do indivíduo social e na produção da vida material na ordem do capital, para que seja explicitada a origem, o surgimento das expressões da questão social que perpassam pela vida dos velhos, não somente em sua idade atual, mas, no decorrer de toda a sua vida.

Para que isso ocorra, é essencial mencionar todo o processo de desumanização do trabalhador, começando pela explicação do surgimento do trabalho, sua importância para o ser social, o surgimento do excedente econômico, da mercadoria, modo de produção capitalista, mais-valia, fetichismo da mercadoria, enfim, todo o processo da “coisificação” do ser humano. Ainda que aqui, dado o caráter do trabalho que edifico, estas construções sejam feitas de forma bastante modesta, mas não superficiais.

Ao realizar este resgate histórico pretende-se apontar o processo de apropriação e expropriação da velhice pelo capital, a partir da tradição marxista, com a finalidade de se alcançar o objetivo primeiro deste trabalho que é o de compreender as particularidades de ser velho e envelhecer no marco das relações capitalistas.

Antes, porém, vale ressaltar que a velhice em si (enquanto etapa do curso da vida, categoria definida cronologicamente) não é uma expressão da questão social, mas sim, a forma como envelhecemos. O sistema capitalista evidencia estas mazelas de sua estrutura, expressões do quesito social, como a violência, a violação de direitos, o adoecimento, o empobrecimento, a desigualdade social, uma vez que expressões da desigualdade máxima em torno da qual o próprio sistema se estrutura para privilegiar os interesses de determinada classe social. A constituição dos valores que compõem a riqueza social, essência da desigualdade entre as classes sociais, advém da ordem do capital e é proveniente do trabalho.

1.1 Trabalho, ser social e o processo de mercantilização

O trabalho se constituiu em um fator importante na transformação do homem e na construção das relações sociais. É realizado somente coletivamente, no compartilhamento de conhecimento, na sua utilização prática e na distribuição de funções para que o objetivo final seja alcançado, ou seja, criação de bens de consumo para gerar a riqueza social.

Sendo ele uma atividade exclusiva do homem, possibilita a evolução do ser social, e proporciona novas formas de atender suas necessidades. Funda-se como uma atividade *teleologicamente*⁶ orientada, ou seja, o homem pensa antes de efetuar o ato laboral – é natural que as ações sejam projetadas anteriormente.

O trabalho possui um caráter ontológico do ser, pois, através dele é que se constitui o ser social⁷. O surgimento do “ser social” está especificamente vinculado ao desenvolvimento de uma atividade na qual grupos de primatas precisavam extrair da natureza os meios para a produção e reprodução da sua própria existência. Essa interação do ser humano com a natureza, transformando a mesma em produtos capazes de suprir suas necessidades é denominada trabalho. Pode-se afirmar, então, que por meio do trabalho se deu o processo histórico de humanização do homem, pois sendo o trabalho uma atividade coletiva, o homem nunca está só, ao contrário está sempre em interação com outros homens. Portanto, o trabalho, em sua essência, institui o ser social e as relações estabelecidas em sociedade. A ontologia⁸, por fim, é o estudo da natureza do ser.

Proveniente do contato do homem com a natureza, o trabalho realiza a transformação de matérias-primas derivadas da natureza em objetos que satisfazem o ser humano. Assemelhando-se ao animal, que “trabalha” para o sustento próprio (biológico), o homem trabalha para conseguir alimentar-se, vestir-se e ter uma moradia. Porém, fugindo do padrão,

⁶ Teleologia: é a capacidade de prever o resultado do trabalho antes de executar a ação.

⁷ “O trabalho através do qual o sujeito transforma a natureza, transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de *salto* que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social.” (NETTO, BRAZ, 2011, p.46)

⁸ “O sentido da palavra ontologia, empregada nesse artigo diz respeito à ciência ou tratado que estuda o ser humano (do grego = ón, óntos = ser; mais lógos = tratado; estudo). Historicamente, a filosofia tratou o humano e o estudou tendo como parâmetro a metafísica. Marx, por sua vez, contribuiu para dar outro significado ao ser que vive em sociedade, homens e mulheres que, nas mais diversas expressões, apresentam determinadas características que os distingue dos outros seres da natureza.” (BRAGHINI, DONIZETI, VERONEZE, s.d.).

o ser humano vai para além das necessidades básicas, constrói-se o ser social, transformado pelo trabalho, no contexto da relação entre a natureza e a sociedade. Assim:

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. [...] Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seus objetos e seus meios. [...] O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1983, p. 149-150, 153, apud NETTO, 2011, p. 43-44).

Contudo, o ser social não é reduzido ao trabalho. Ao longo do seu desenvolvimento, é perceptível o surgimento de uma racionalidade e a partir daí surgem objetivações próprias, o que é denominado como práxis, que inclui o trabalho, mas, que vai além dele, por abranger todas as determinações humanas.

A categoria de práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pelo trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores – um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em gênero humano. Na sua amplitude, a categoria de práxis revela o homem como ser criativo e autoprodotivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz. (NETTO, 2012, p. 56)

Entende-se, portanto, a *práxis* como uma atividade exclusiva do ser social e que os diferencia dos outros seres vivos⁹. Em sua obra *Filosofia da Práxis*, Vasquez (2007), reconhecido teórico marxista, defendeu a ideia de que os homens seriam consequência de suas ações na história.

⁹ A práxis pode ser identificada como “categoria central da filosofia que se concebe ela mesma não só como interpretação do mundo, mas também como guia de sua transformação” (VÁZQUEZ, 1977, p. 5, apud FREITAS, s/d, p.4).

Fruto da produção e reprodução das relações sociais, o trabalho é constituído por diversos fatores. Dois deles são os instrumentos e a habilidade. Segundo Netto (2012), os instrumentos servem para transformar a matéria-prima em um produto final. A habilidade é necessária para o aprendizado, pois provém do ato de repetir ao produzir algo.

O objetivo final do trabalho na ordem do capital (produção de bens/riquezas) é realizado através desta mesma ferramenta, que tem por essência as forças produtivas: meios, objeto e força de trabalho, que são essenciais para a realização deste processo.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. (MARX, 1867, Vol. 1, p. 211)

Os meios e objeto de trabalho são constituídos pelos meios de produção, que dependem da força de trabalho para obter os bens de consumo. As forças produtivas são engendradas na relação homem X natureza. Os meios de trabalho incluem os instrumentos de produção, ou seja, tudo o que o homem necessita para trabalhar (máquinas, ferramentas). Os meios são indicadores das condições sociais sob as quais se efetiva o trabalho. O objeto de trabalho se dá por um conjunto de elementos sobre os quais é aplicado ao trabalho humano (terra, matérias-primas, recursos naturais). Portanto, criam-se relações de produção, que são desenvolvidas através do trabalho para a produção e reprodução da vida material – relações entre classes sociais, proprietários e não proprietários. Ou seja, as forças produtivas se inserem nas relações de produção, que se dividem em: relações técnicas, relações sociais de produção, e o modo de produção.

As relações técnicas referem-se ao modo como o produtor organiza seu processo de produção e sua dependência exclusiva das relações sociais de produção, ou seja, estão sempre subordinadas a um regime de propriedade de uma determinada sociedade.

As relações sociais de produção são entendidas como aquelas que determinam as forças técnicas. Seu ponto fundamental é o regime das relações fundamentais dos meios de produção. São as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material.

Por fim, o modo de produção, que se dá pela junção entre as forças produtivas e as relações de produção, é a forma de organização socioeconômica associada a uma determinada

etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Este modo de produção atende as demandas da ordem do capital, sendo denominado então, “modo de produção capitalista”.

Vale destacar que, por meio de todo este procedimento, surge o excedente econômico, que se manifesta através da alta produtividade do trabalho da comunidade primitiva. Essa produção desenfreada vai para além do suprimento das necessidades primordiais. Porém, aumenta-se também o custo da produção, tendo assim que incentivar cada vez mais a produção, para que, com o lucro que é ganho através deste processo, consiga suprir o gasto de todo o trabalho. Isso vai desencadear a acumulação capitalista.

A base do capitalismo se dá pela exploração do trabalho de outrem, pela propriedade privada, e pela divisão social do trabalho. Sendo assim, esta exploração é o fenômeno caracterizado como *alienação*¹⁰.

[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de *exploração do homem pelo homem*. (NETTO, BRAZ, 2011, p. 57, grifos do autor).

A divisão social do trabalho é o resultado da evolução do modo de produção da sociedade erguida sob a ordem do capital. O capitalismo induz os indivíduos a não pensar, pois, desta forma, produz-se cada vez mais.

[...] a atividade humana se apresenta na sociedade capitalista, como algo exterior ao trabalhador que já não tem mais o domínio nem sobre o processo de produção, nem sobre o produto de seu trabalho, ou seja, o trabalhador se torna nesta sociedade alienado [...] (CUNHA, 2008, p. 167).

¹⁰Alienação: No sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “autoalienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo) (BOTTOMORE, s.d., p. 18-19).

E, ainda, o sujeito social é desta forma, “[...] incapaz de se apropriar tanto do sentido de seu trabalho, como dos valores e produtos gerados por sua atividade, em uma só palavra, das objetivações por ele criadas” (DELGADO, 2002, p.127, apud CUNHA, 2008, p.167).

Na sociedade capitalista, existe uma parcela da população que se apropria dos meios de produção, mas grande parte dos indivíduos tem apenas a força de trabalho. No entanto, o trabalhador não consegue gerar um produto, apenas gasta sua energia e entrega parte de sua vida para garantir sua existência. Quando se gasta energia preocupando-se a cada dia em sobreviver, perde-se um dia de existência e de aquisição de conhecimento.

A produção cria objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído, segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual, satisfazendo-a no desfrute. Ou seja, esse processo se trata da “mercadoria”.

Neste sentido, em que pese sua benevolência para com a manipulação das imagens Guy Debord (1997) em seus estudos demonstra como o caráter ilusório da aparência das mercadorias, já estudado por Marx sob a ótica do fetichismo, se expressa de forma objetiva na realidade concreta dos indivíduos. Debord pretende evidenciar que o fetichismo contemporâneo da mercadoria apresenta-se sob a forma de espetáculo, que tal como analisado classicamente oculta o caráter das relações sociais de produção elidindo o conteúdo do trabalho humano contido nos objetos e, ao mesmo tempo, subvertendo o conjunto das relações sociais. Em suma, espiritualizam-se os objetos e coisifica-se o ser. (JESUS, 2008, p.21)

A mercadoria é a essência da riqueza, um objeto externo, é a base da sociedade. Contém propriedades que satisfazem as necessidades humanas. É com ela que se adquire o lucro, que se realiza a mais-valia. Segundo Marx, (1818-1883, p.57), “[...] a mercadoria é, antes de qualquer coisa, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia¹¹.” A riqueza social produzida se dá pelo acúmulo de mercadorias. Para a produção de mercadorias é necessário que haja a divisão social do trabalho e a propriedade dos meios de produção. Tudo isso é consolidado como a base da sociedade mercantil.

¹¹ Para Marx a mercadoria é algo muito estranho e cheio de sutilezas. Com a produção de mercadorias a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e a totalidade do trabalho fica oculta, apresentando-se como uma relação social entre os produtos do trabalho, pondo os produtores à margem dessa relação. O fetichismo da mercadoria consiste no ocultamento da relação social que passa a ser mediada pelas mercadorias e não mais diretamente entre os produtores. É dessa forma que o vínculo social entre os produtores é estabelecido, via produtos do trabalho humano. (SILVA, 2011, p.290)

Para melhor entendimento, vale destacar que a mercadoria tem como fatores o “valor de uso” e o “valor de troca”, a qualidade e a quantidade. O valor de uso, trabalho concreto,¹² é caracterizado por ter utilidade e é avaliado pela qualidade do produto. Nele é possível compreender que a mercadoria somente é valor de uso quando ela é útil em algo, por exemplo, a caneta que foi feita para escrever (escrever livros, assinar documentos, mandar um recado, entre outras utilidades...). Já o valor de troca e trabalho abstrato são caracterizados pela quantidade, referem-se a um tempo de trabalho socialmente necessário para produzir.

As fórmulas que definem claramente esta ação são: M-D-M, ou seja, mercadoria convertida em dinheiro, que se converte em mercadoria novamente. É considerada a fórmula proveniente do valor de uso; também uma fórmula que é usada como característica do valor de troca: D-M-D, ou seja, dinheiro, que se converte em mercadoria, convertendo-se novamente em dinheiro – a utilização desta fórmula serve para entender o movimento de obtenção de lucro, quando algo é vendido, e, com o dinheiro da venda, outra mercadoria é comprada – sendo este um processo de mais-valia (obtenção de mais-valor, lucro em cima do lucro) foi criada a fórmula D-M-D’, no qual D é o dinheiro, M é a mercadoria e D’ é o mais-valor (lucro acrescido). Através disso, a exploração da força de trabalho obtém ganhos mediante salário existente.

A relação entre os trabalhadores é transformada pela mercadoria, pois, o produtor privado – aquele que é dono da propriedade privada dos meios de produção – passa a depender do trabalho de outros produtores, devido à grande produção. Com isso, as relações de produção perdem a sua essência e se transfiguram como *relações entre coisas* (mercadorias). Este acontecimento é intitulado de *fetichismo* e *reificação*. Exemplificando esse fenômeno citamos Netto e Braz (2011, p. 105): “E, por via de consequência, os homens não são valorizados (e nem se valoram a si mesmos) pelo que são, mas sim pelo que têm – nessas sociedades, o ter subordina o *ser*”.

Isso tem influência para determinar as diferenças sociais. Essa concepção de valorização da pessoa por seu poder aquisitivo, que existe em todas as fases da vida, causa nos indivíduos uma anomalia na interpretação da conjectura social, acentuando a desigualdade, que se mostra presente na vida das pessoas.

¹²Trabalho concreto: manifestado no valor de uso, se dá pela relação entre o homem e a natureza, a adequação dos componentes naturais ao homem.

No capitalismo, o sujeito é valorizado inclusive pela capacidade de consumo, por tudo sobre o qual tenha propriedade, enfim, pelo capital que retém. Há, assim, inúmeras consequências na vida das pessoas, tais como o consumo exacerbado na juventude e a necessidade de manter esse gasto constante na velhice. Tanto as pessoas da classe burguesa, quanto da classe proletária, sofrem os impactos das expressões da questão social¹³. Porém, este sofrimento se potencializa mais explicitamente à classe trabalhadora, que, pelo fato de se encontrar em piores situações na cadeia produtiva, sente mais duramente os efeitos perversos do modo de produção capitalista.

O capitalismo tem como propósito a obtenção de lucro e poder, e, dessa forma, tudo se transforma em mercadoria para gerar esse dividendo que enriquece a classe dominante, ou seja, a burguesa. Através do trabalho incessante e desgastante, a busca desenfreada pela mais-valia faz com que a ordem do capital prevaleça em todos os âmbitos da vida humana, transformando-a em uma forma adequada aos padrões regidos pelo capital.

Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para a elevação da força produtiva social do trabalho se aplicam à custa do trabalhador individual; todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma; desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odiando despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho (MARX, 1983:209-10, vol 1 apud HADDAD,1986, p.48)

Em suma, tem-se uma sociedade caracterizada pelas diferenças sociais devido a um mercado esmagador que busca o lucro de forma voraz. Essa desigualdade tem uma propriedade relacionada ao nível de consumo de cada indivíduo, onde há a necessidade de estar adquirindo mercadorias para manter-se satisfeito, ainda que seja de grau supérfluo. De forma preocupante, isso se estende à velhice, fazendo com que esse consumo se mantenha. Com todas as formas de manipulação, o velho termina rendido ao trabalho, seja por determinação própria, complementação de aposentadoria ou falta dela, como se discorrerá em seguida.

¹³As expressões da “questão social” são advindas de um conjunto de mazelas sociais causadas pelos impactos da desigualdade social.

1.2. O homem que envelhece: aquele que realiza o trabalho

O trabalhador em questão é o sujeito que envelhece. É a pessoa que vende a sua força de trabalho para sobreviver. É o indivíduo que trabalhou a vida inteira, aquele que “se fez na vida” através da “ideologia do trabalho”, é também aquele que volta ao trabalho porque o valor da aposentadoria não dá para suprir suas necessidades básicas.

Como Simone de Beauvoir (1990), afirmamos que não nos tornamos velhos de uma ora para a outra, mas “envelhecemos” ao longo dos anos, ou seja, a velhice é um processo, uma construção social. Entender a velhice como um processo, significa recuperar a dimensão da “totalidade” da vida dos homens que envelhecem. (CUNHA, 2008, p. 17)

Nas últimas décadas no Brasil tem se observado uma mudança no perfil populacional da sociedade brasileira, sobretudo com o aumento da expectativa de vida do cidadão acima de 60 anos, que tem se tornado parcela significativa desta população.

É importante destacar que a população de idosos está crescendo mais rapidamente do que a de crianças. Em 1980, existiam aproximadamente 16 idosos para cada 100 crianças. Em 2000, essa relação aumentou para 30 idosos por 100 crianças, praticamente dobrando em 20 anos. Isso ocorre devido ao planejamento familiar e conseqüente queda da taxa de fecundidade, e também pela longevidade dos idosos. Dados do IBGE mostram que as pessoas estão vivendo mais. O grupo com 75 anos ou mais teve o maior crescimento relativo (49,3%) nos últimos dez anos, em relação ao total da população idosa. (MENDES et al, p.423, 2005)

Dessa forma, a temática do envelhecimento populacional no Brasil vem sendo estudada, discutida e debatida por vários grupos de estudiosos de diversas áreas, visto que neste aspecto a situação é semelhante àquela vivida pelos países ditos desenvolvidos muito antes de nós, sem, contudo, usufruirmos da mesma qualidade de vida ou do um mesmo nível de proteção social conquistados lá fora, ou seja, no Brasil, país marcado pela desigualdade social e pela concentração de renda, muito ainda há de ser feito para que se melhorem as condições de vida dos homens e mulheres que envelhecem, principalmente do velho trabalhador que sem condições de usufruir da aposentadoria continua trabalhando para sustentar a si próprio e a sua família.

Deste modo, mesmo com a disseminação da ideia pós-moderna que concebe a velhice como um problema social de responsabilidade individual, o Estado e a sociedade não têm como se eximir de dar as respostas às demandas colocadas pelo envelhecimento da população, sobretudo dos mais pobres, não tem como se desvencilhar dos debates acerca da aposentadoria, da saúde, da responsabilidade da família, da proteção social etc.

Neste contexto, a gerontologia¹⁴ assim como a geriatria constituem-se em especialidades do saber médico, preocupadas com “qualidade do fim da vida”, como coloca Debert (2004), ignoram como se dá o processo de surgimento da problemática da velhice e defendem a ideia de que a melhor terapêutica para o envelhecimento é o trabalho, desconsiderando as questões da exploração da mão de obra e a alienação do trabalhador durante sua vida. Estes “experts” sobre a problemática do envelhecimento defendem uma ideologia bem funcional ao sistema capitalista:

[...] a gerontologia tende, cada vez mais, a abarcar o problema do envelhecimento populacional que se transforma em problema nacional. Já não se trata apenas de melhorar as condições de vida do velho pobre ou de propor formas de bem-estar que deveriam acompanhar o avanço das idades ou, ainda, de empreender cálculos de contribuições adequadas às despesas com aposentadoria; trata-se, agora, de apontar os problemas que o crescimento da população idosa traz para a perpetuação da vida social, contrapondo-o à diminuição das taxas de natalidade,” (DEBERT, 2004, p.32).

Porém, ao se vislumbrar a velhice dentro da perspectiva da “terceira idade”, Debert (2004) chama a atenção para o aspecto da “reprivatização de velhice” que transforma este processo em uma responsabilidade individual e alerta que a tendência contemporânea para rever os estereótipos associados à velhice fortalece a ideia que esta é uma fase propícia às novas conquistas e, neste sentido, desconstrói a ideia de que o envelhecimento é um problema social como se não pudesse ser também marcado por abandono e dependência. É neste sentido

¹⁴ De acordo com o *site* da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, o conceito de Gerontologia é: ‘É o estudo do envelhecimento nos aspectos – biológicos, psicológicos, sociais e outros. Os profissionais da Gerontologia têm formação diversificada, interagem entre si e com os geriatras. Campo científico e profissional dedicado às questões multidimensionais do envelhecimento e da velhice, tendo por objetivo a descrição e a explicação do processo de envelhecimento nos seus mais variados aspectos. É, por esta natureza, multi e interdisciplinar. Na área profissional, visa a prevenção e a intervenção para garantir a melhor qualidade de vida possível dos idosos até o momento final da sua vida’. Vide *site*: <http://sbgg.org.br/espaco-cuidador/o-que-e-geriatria-e-gerontologia/>

que se torna necessário o conhecimento das políticas públicas voltadas para os idosos, os direitos estabelecidos por cada uma e a forma de garantir o acesso destes a essas políticas:

Até a atual Constituição não existia nenhum dispositivo tratando dos direitos dos idosos, já que esta era uma problemática desconsiderada pelos tecnocratas e ainda pouco visível para uma sociedade considerada jovem como a brasileira. No entanto, a Constituição de 1988 já se refere ao idoso, garantindo o seu amparo. A Política Nacional do Idoso (PNI), pela Lei 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto 1948/96, estabelece direitos sociais, garantia da autonomia, integração e participação dos idosos na sociedade, como instrumento de direito próprio de cidadania, sendo considerada população idosa o conjunto de indivíduos com 60 anos ou mais. A Lei nº 8.842/94 criou o Conselho Nacional do Idoso, responsável pela viabilização do convívio, integração e ocupação do idoso na sociedade, através, inclusive, da sua participação na formulação das políticas públicas, projetos e planos destinados à sua faixa etária. Suas diretrizes priorizam o atendimento domiciliar; o estímulo à capacitação dos médicos na área da Gerontologia; a descentralização político-administrativa e a divulgação de estudos e pesquisas sobre aspectos relacionados à terceira idade e ao envelhecimento. (MENDES et al, p.425, 2005)

Entre utopias, propostas e a fragilidade na garantia da efetivação dos direitos, a Política Nacional do Idoso incentivou a representatividade dos idosos e, posteriormente, conseguiu criar uma base para se elaborar a regulamentação do Estatuto do Idoso e, a partir destes marcos legais, a velhice no Brasil ganhou visibilidade e as aspirações transformaram-se gradativamente em direitos a serem defendidos e reivindicados, sobretudo ao trabalhador que envelheceu.

1.3 O velho trabalhador enquanto sustento da família

A crise estrutural do capital traz consequências específicas para o Brasil, onde há vários anos vive-se uma onda de desemprego e miséria. Desde muito tempo, existe um fator preocupante e chega a ser desumano: idosos reingressam no mercado de trabalho para garantir o próprio sustento e o de toda a família. Isto ocorre por causa do desemprego que assola seus filhos e netos.

E, embora esse retorno seja tomado pelos “*experts*” da velhice como algo positivo, visto que os “retiram” e “afastam” da ideia da inutilidade e “morte social” fortemente difundido nesta sociedade. Não se pode ignorar a seguinte questão: o que leva os velhos a esse reingresso no mercado de trabalho?

O trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência em que se encontra. Busca o trabalho na velhice para conseguir manter-se vivo, não porque se realize através dele, na medida em que se trata de trabalho alienado (HADDAD, 1986, p.45).

A maioria dos idosos que sustentam familiares e que são os únicos a possuírem renda na casa é homem. A maior parte dos velhos que estão inseridos no mercado de trabalho são homens, ainda que as mulheres tenham uma quantidade considerável de inserção no mercado, em geral na informalidade, porque ainda recebem menos educação formal que os homens.

[...] podemos prever um intenso crescimento da participação de idosos na PEA. De fato, projeta-se que, em duas décadas, a proporção de homens idosos na PEA masculina estará perto de 10% (quase o dobro dos 5,9% atuais) e a de mulheres idosas em torno de 6% (atualmente são 3,4%). (WAJNMAN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, s.d., p. 456).

Outro dado importante levantado pelo IBGE relativo ao o Censo do IBGE (2000) está relacionado ao perfil demográfico deste grupo e diz respeito aos domicílios mantidos por idosos no Brasil.

O Censo 2000 verificou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios brasileiros, observando-se um aumento em relação a 1991, quando os idosos responsáveis representavam 60,4%. É importante destacar que no conjunto dos domicílios brasileiros (44.795.101), 8.964.850 tinham idosos como responsáveis e representavam 20% do contingente total. Em 1991, essa proporção ficava em torno de 18,4%. A distribuição por sexo revela que, em 2000, 37,6% dos responsáveis idosos eram do sexo feminino, correspondendo a 3.370.503 de domicílios, enquanto no início da década passada essa proporção atingia a 31,9%. Destaca-se ainda que a idade média do responsável idoso, em 2000, estava em torno de 69,4 anos (70,2 anos quando o responsável era do sexo feminino e 68,9 para o idoso responsável do sexo masculino). Entre os domicílios sob a responsabilidade de idosos, os domicílios unipessoais, isto é, aqueles com apenas um morador, totalizavam, em 2000, 1.603.883 unidades, representando 17,9% do total. Em 1991, a proporção era de 15,4%. O estudo chama atenção para a elevada proporção de mulheres idosas que moravam só, em 2000 - cerca de 67%.¹⁵

O dinheiro da aposentadoria torna-se insuficiente para o sustento das necessidades básicas. Trabalha-se muito ao longo da vida, para quando se aposentar o velho receba menos do que deveria¹⁶.

¹⁵ Vide site www.ibge.gov.br

¹⁶ De acordo com o artigo de Paulo Teixeira e Guilherme Mello “A reforma da Previdência de Temer: um ataque aos direitos mantendo privilégios” sobre a atual conjuntura previdenciária do Brasil, vigente no governo de Michel Temer: “A proposta de Temer e do PSDB para a reforma da Previdência, ao invés de atacar os privilegiados e sonegadores, ataca diretamente o direito dos trabalhadores e pobres. Ao elevar a

Pode-se dizer que a aposentadoria constitui, na realidade, o desfecho institucionalizado da exploração da força de trabalho. Aposenta os operários com base em seu salário, fruto do trabalho alienado e, ao aposentá-los, rebaixa ainda mais a remuneração de sua força de trabalho. Desta forma, obriga-os a se colocarem novamente no mercado de trabalho. (TEIXEIRA, 2008, p. 141)

Na década de 1990, dois processos passam a ser percebidos no Brasil a partir da transformação de nossa pirâmide etária: a diminuição do número de filhos pelas famílias, o que reduz a base desta pirâmide e o aumento da expectativa de vida por parte do grupo de pessoas acima de 60 anos, que significa um aumento do número de aposentados e conseqüentemente um aumento da demanda junto ao INSS¹⁷.

O mercado brasileiro se volta para o atendimento desta parcela da população, atentando-se para seu potencial de consumo, especialmente focado no fato concreto de que ainda precária esta é, muitas vezes, a única renda fixa e certa das famílias brasileiras, ou seja, a renda proveniente das aposentadorias, no que diz respeito a empréstimos, produtos de beleza, medicamentos e lazer para este público, que se encontra em uma fase intermediária entre a fase adulta (produtiva) e a velhice propriamente dita – ou, os denominados por DEBERT (1999) como “novos-velhos”.

idade mínima e o tempo mínimo de contribuição, reduzir o valor e desvirtuar completamente os benefícios assistenciais, a reforma proposta atende apenas aos interesses daqueles que não vivem do trabalho e não dependem da Previdência social. A proposta apresentada, e que já é objeto de mudanças diante da pressão da sociedade, previa a adoção de uma idade mínima de 65 anos, similar à de países desenvolvidos, desconsiderando as disparidades regionais do Brasil e a idade precoce com que o brasileiro adentra o mercado de trabalho. Além disso, nos países desenvolvidos o trabalhador usufrui por muitos anos de sua aposentadoria, enquanto no Brasil o trabalhador usufrui por pouco tempo de seu benefício”. Vide *site* (<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/28/reforma-da-previdencia-de-temer-um-ataque-aos-direitos-mantendo-privilegios/>)

¹⁷ Essa forma de olhar a evolução populacional põe em relevo a dimensão negativa do envelhecimento, ignorando por completo o estágio da transição demográfica que proporciona o maior volume de pessoas em idade ativa. Desde ao menos os anos 1980, a dinâmica da população resultante da combinação do declínio nas taxas de fecundidade e da estrutura etária, produto das etapas anteriores da transição, possibilitaram que o país entrasse num período de redução nas razões de dependências total e jovem e ligeiro aumento na dependência de idosos, o chamado “bônus demográfico”. Essa “janela de oportunidades” seria o momento propício para gerar renda, riqueza e poupança, inclusive para fazer caixa para que a previdência social viesse a enfrentar o iminente envelhecimento em condições mais favoráveis. Nessa etapa, os custos com o segmento jovem deixam de pressionar de forma mais intensa o orçamento público, possibilitando maiores investimentos que visassem à necessária melhoria na qualidade da educação; as demandas por recursos em saúde e previdência social, decorrentes do envelhecimento, tendem a ser baixas; e a oferta de força de trabalho é abundante. (OLIVEIRA, 2017, p.1)

A década 1990 no Brasil é marcada por um duplo processo, por um lado observa-se um crescimento econômico do país devido à estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real, por outro lado, os efeitos do neoliberalismo no país são sentidos pela sua influência no mercado e seus impactos negativos nas políticas sociais. Ocorreu, assim, uma contrarreforma do Estado e a execução de uma política econômica que se deu através de reformas políticas e econômicas que promoveram retrocessos no campo das conquistas sociais:

No início dos anos 90, o país viveu o impacto da mobilização contra o governo Collor, e o papel importante nela desempenhado pelos idosos, assim como também a mobilização pelos 147% de reposição nas aposentadorias. [...] Essa década significou também mudanças no papel do Estado com repercussões diretas e indiretas sobre a “questão” da velhice, como a reforma da previdência e a formulação de políticas sociais para os idosos de caráter nacional. (LIMA, 2001, p.123)

Segundo Behring e Boschetti (2011), essa “reforma” do Estado tem como alguns de seus elementos a regulamentação do terceiro setor, o ajuste fiscal e as privatizações, que se mantiveram presentes neste período para reduzir a dívida externa e interna; obter preços mais baixos para os consumidores; melhorar a qualidade dos serviços e atingir a eficiência econômica das empresas, que estariam sendo ineficientes nas mãos do Estado.

Ainda segundo as autoras, a partir de então, as políticas sociais são perpassadas pelo trinômio neoliberal: privatização, focalização/seletividade e descentralização. Dentro das políticas que constituem a Seguridade Social – Saúde, Assistência e Previdência – de acordo com o princípio da universalidade, somente a política de saúde é tida como um direito universal:

O princípio da universalidade da cobertura proposto não tem a pretensão de garantir direitos iguais a todos os cidadãos, mas assegura a política de saúde como direito universal, estabelece a assistência como direito aos que dela necessitarem (embora o benefício do salário mínimo para idoso e pessoa com deficiência seja associado à incapacidade para o trabalho), mas mantém a previdência submetida à lógica do seguro, visto que o acesso aos direitos é derivado de uma contribuição direta anterior. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 157)

Os impactos causados pelo neoliberalismo no mercado brasileiro na década de 1990, durante o governo de Fernando Collor de Melo, que teve a intenção de estabilizar a economia e combater a inflação, não obteve êxito neste quesito, porém, o que se assiste é um retrocesso

em relação às conquistas sociais ao, mais uma vez, penalizar as camadas mais empobrecidas da população a partir da implantação de planos econômicos que não resolveram o “problema social” desta expressiva parcela populacional.

As soluções para o enfrentamento da inflação, porém, vieram acompanhadas de uma política monetária restrita e da abertura comercial (Alves, 1998). Embora o Brasil tenha se constituído, historicamente, como uma economia internacionalizada, conforme dito anteriormente, a abertura comercial promovida pelas políticas neoliberais, a pretexto de tornar a economia ‘mais competitiva’, desregulamentou algumas últimas barreiras de proteção comercial aos produtores internos (SANTOS, 2011, p. 213).

No que diz respeito especificamente aos sujeitos deste estudo, ressaltamos que o Neoliberalismo contribuiu com o processo de “mercantilização da velhice”, tendo em vista que a partir desta década (anos 90, século XX), através da publicidade e da propaganda utilizada nos meios de comunicação, sobretudo a televisão, que é o mais popular de todos eles no Brasil, atingindo milhões de pessoas, abre-se campo para novos mercados de consumo, que passa a exibir produtos que negam o processo de envelhecimento – prometendo o rejuvenescimento – oferecendo a promessa de uma não-velhice e uma “melhor qualidade de vida para os velhos”. Com isso, vende-se a ideia de que o envelhecimento ocorre da mesma forma para todas as pessoas, independente de suas condições de vida, propagando uma ideia falsa de envelhecimento, que não ocorre da mesma forma para todos, mascarando a realidade por detrás da imagem que se vende. Estratégias que se encontram em perfeita relação com o processo de desresponsabilização do Estado, fragilização e desmonte das Políticas Sociais Públicas e da responsabilização individual dos sujeitos pelo alcance de sua “cidadania”, ou melhor, das condições de exercê-la, alcançá-la e concretizá-la.

A realidade neste contexto é marcada pela desigualdade e a imagem cultuada vende quase uma ilusão da juventude eterna, sem tocar em questões como divisão entre classes e a desigualdade social, ou seja, a sociedade em que existem dois tipos de velhos: “aqueles velhos” da classe trabalhadora ou burguesa, que se consideram privilegiados por possuírem condições financeiras de manter-se neste “padrão de velhice” / “melhor idade”, impostos pela ordem do capital e os “outros velhos”, os pobres e excluídos que pertencem à classe trabalhadora, e mesmo que aposentados, necessitam voltar ao mercado de trabalho para

prover o próprio sustento e/ou de sua família e assim, não tem condições de viver essa “melhor idade”, sobretudo por questões financeiras.

As propagandas veiculadas são oriundas, sobretudo, da indústria farmacêutica e da indústria de cosméticos, que prometendo a juventude eterna investe bastante neste ramo, dizendo ser *a cura* para as doenças que segundo estes são advindas da velhice e os produtos anti-idade que prometem combater e retardar o envelhecimento. São oferecidos descontos para aposentados e pensionistas, incentivando a compra destes produtos – mesmo que seja mediante empréstimos bancários. Além de medicamentos para hipertensão, colesterol, doenças cardiovasculares e outras doenças tidas como “comuns da idade” (desconsiderando as “condições de vida” dos homens e mulheres que envelhecem e a possibilidade da prevenção, inclusive legalmente estabelecida); são oferecidos também, medicamentos para potencializar a vida sexual, próteses, órteses e os famosos “cremes anti-idade”. E não se pode negar que as respostas políticas do Estado também dão ressonância a estas concepções e ideologias em torno do processo de envelhecimento e da categoria “velhice”, fatos que trataremos em maior profundidade mais adiante.

A indústria cosmética se faz muito presente nesta negação do processo de envelhecimento. Os cremes anti-idade que têm por objetivo antecipar a preocupação com o não envelhecer, deixam claro a compreensão de que a velhice deve ser tratada como uma doença e não como um processo gradativo, inerente à natureza humana. Neste sentido, a mídia através de seu discurso contribui para reforçar a valorização do padrão de juventude em contraposição à velhice, reforçando a imagem de que o bom é ser jovem e que a velhice deve ser combatida (expressão máxima da velhice como um “estado de espírito”, uma escolha individual).

No percurso enunciativo da publicidade de cosméticos identificamos um velado jogo de linguagem que determina, por meio de associações derivadas da relação existente entre dois termos antônimos (as alusões à velhice, que deve ser combatida, e as alusões à juventude, que corresponde ao estado constantemente almejado), que a busca pela juventude resulta em um comportamento ativo de combate à velhice e/ou que o estado de ser velho deve sempre ser acompanhado da busca pela conservação da juventude. (PALACIOS, s.a., p.12)

Ninguém é responsável por envelhecer, simplesmente se envelhece em função de um processo natural da vida. No entanto, a concepção negativa acerca da velhice é algo reforçado não apenas pela mídia, mas também pelas políticas construídas a partir de uma ideologia

neoliberal que se traduz nesta etapa da vida em uma “ideologia da velhice” (HADDAD, 1986). Como nos chama a atenção Alda Brito Motta em seu artigo *Envelhecimento e sentimento do Corpo* (2002):

A modernidade capitalista construiu uma visão segmentar das idades: periodiza as gerações, constrói e ‘desconstrói’ ‘idades’, quase a cada século inventa mais uma. Primeiramente a infância e a juventude, no pré-capitalismo socialmente indiferenciadas da idade adulta (Ariès, 1978); bem mais recentemente (década de 60), inventa uma ‘terceira idade’, inserção de um novo período entre a maturidade e a velhice, ao mesmo tempo negação desta (ARIÈS, 1978, LENOIR, 1979, apud MOTTA, 2002, p. 38).

Ao dizermos isso, não negamos, ao contrário, salientamos que as desigualdades escancaradas na velhice são, na verdade, resultantes de um modo de vida erguida sobre o comando do grande capital, portanto, bastante distante de uma “escolha individual”, como quer nos convencer os discursos da pós- modernidade com suas construções sobre as idades do homem e o modo como devem vivê-las. Desta forma, “o envelhecimento sem velhice” não apenas se abre como uma possibilidade mercadológica, como também se torna um ideal a ser alcançado pelos velhos da “terceira idade”, que se encontram seduzidos pela possibilidade de uma juventude prolongada para além de uma idade cronológica, relacionado, sobretudo, a noção de cuidados com o corpo

2. A VISÃO DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO À VELHICE E O INVESTIMENTO DO CAPITALISMO NO LUCRATIVO MERCADO DIRECIONADO À “TERCEIRA IDADE”

O capitalismo, como salientamos, está engendrado em todos os âmbitos da vida humana. Tudo é transformado em mercadoria e gera valor, isso não seria diferente para a população envelhecida. Frequentemente ouvimos falar sobre uma fase da vida no qual se deve desfrutar de todos os prazeres que ela oferece. Essa visão romanceada é disseminada pela burguesia de forma a mascarar uma realidade marcada por problemas e dificuldades relacionados à saúde, à condição econômica, à desqualificação profissional etc. Cria-se para a sociedade uma imagem da “melhor idade” ou da “terceira idade” na qual inexistem problemas, cuja tudo o que contém nela é belo e prazeroso. Há um grau de receio em solucionar preconceitos e problemas vividos pelos velhos, desde a família até o Estado, tendo em vista o nível de dificuldade da situação, pois existe uma indústria poderosa e do lado oposto uma realidade de vida pouco citada e/ou invisibilizada.

A velhice, enquanto um processo biológico é vista como um problema para a maioria da sociedade, pois é a fase da vida onde o ser humano está fragilizado por causa das doenças – que são comuns de aparecer nessa faixa etária – as forças físicas já não são as mesmas da juventude; as pernas já não ficam mais firmes como antes, impossibilitando muitas vezes o velho de se locomover; a visão e a audição desgastam-se com o tempo; as mãos ficam trêmulas, não permitindo que algo seja segurado com firmeza, por exemplo¹⁸. Estas podem ser algumas das limitações que se apresentarão na vida de muitos velhos, afinal envelhecer é um processo que não se dará da mesma forma para todos.

É importante, portanto, compreender o idoso em suas diversas formas de ser, respeitando suas maneiras de viver, pois o fato de determinadas pessoas estarem em uma mesma faixa etária não significa que tenham passado pelas mesmas vivências e que apresentem as mesmas características e necessidades. O sujeito idoso não deve ser tratado como objeto e sim como sujeito, histórico e crítico. Como em outra faixa etária, ele deve ser percebido com suas diferentes particularidades, pois a pessoa humana expressa o ser genérico, mas também o ser individual (Heller, 1994), sendo o meio social a categoria fundamental a ser compreendida e analisada. A pessoa humana não é um ser isolado, ela estabelece relações e faz parte de um contexto que a influencia, mas que também é influenciado por ela e, nesse movimento, a história é construída (Kosik, 1995). O sujeito é participante dessa construção e a vivência de acordo com seu modo de ser, seus valores, sua visão de homem, de mundo e de

¹⁸ Falar sobre a forma como se envelhece não significa negar que isso é um processo construído socialmente.

sociedade e conforme a situação social e econômica concreta do contexto em que vive. (BULLA e KAEFER, 2003, p. 2)

A falta de memória, a depressão, a solidão, a ansiedade, podem ser características psíquicas agravadas pelo envelhecimento e que combinadas a fatores como violência, abandono, falta de amparo da família e do Estado, além do sistema público de saúde, conferem ao processo de envelhecimento uma conotação negativa, pois envelhecer não é necessariamente ruim, a forma como se envelhece nesta sociedade é que torna o processo de envelhecimento um problema, ou seja, torna esta etapa da vida ruim.

É neste sentido que Eneida Haddad (1986) critica o geriatra Ralph Berg, que aponta a aposentadoria (marco social da velhice nesta sociedade) como causa da inatividade, que, por sua vez, adocece:

É [...] em tom acusador e preconceituoso que ele se refere aos que se aposentam: ‘tornam-se mortos-vivos, ficam por aí pelas praças e outros lugares’. Trata-se, na realidade, de discurso tendencioso, de cunho marcadamente elitista: desconsiderando a produção social da velhice, imbuído da ideologia do trabalho, acaba enaltecendo os grandes estadistas, escritores e artistas. Silencia-se a respeito dos trabalhadores (HADDAD, 1986, p. 30).

Jovens e adultos, na maioria, tem uma reação negativa quando o assunto a se tratar é a velhice. Eles sentem medo de ficarem velhos e fazem de tudo para postergar o envelhecimento. Temem todas as dificuldades que perpassam a vida de um idoso, acham que a juventude é “eterna”, e, para tentar “efetivar” esta afirmativa, utilizam produtos/mercadorias voltados para a população idosa e/ou que são utilizados ainda na fase madura (de 30 a 59 anos) para evitar o processo de envelhecer. Produtos estes que são criados pelo capitalismo para uma grande obtenção de lucro. A representação da “velhice” como algo negativo, e da “juventude” como algo positivo, pauta-se e se alinha com as necessidades de produção e reprodução da ordem capitalista.

No entanto, a expressão “terceira idade” define no contexto atual uma parcela da população que tem poder de consumo e, para ela, o mercado capitalista oferece mercadorias criando assim uma imagem da velhice que não coincide com a realidade da maioria dos homens e mulheres que se encontram nesta etapa da vida. A ideia de uma velhice prazerosa e tranquila como se isso fosse possível para todos os velhos, é divulgada indiscriminadamente pelos meios de comunicação, como se houvesse a possibilidade de homogeneizar a velhice,

como fosse possível a todas as pessoas, nesta fase, ter prazer e tranquilidade, como se alcançar isto valesse apenas uma questão de vontade e não envolvesse as condições financeiras/estruturais, que abarcam as condições de classe.

Comprar pacotes de viagens para aproveitar a “melhor idade”; produzir artesanato como o tricô, crochê e ponto de cruz para manter aquela imagem criada por grande parte da sociedade – imagem de uma idosa mulher (devido à predominância deste gênero) sentada em um sofá ou cadeira de balanço, assistindo televisão e produzindo seus artesanatos – frequentar centros de convivência para idosos com diversas atividades de lazer; usar cremes anti-idades para retirar as marcas que ao longo da vida foram deixadas no rosto; usar tinturas para cabelo para esconder os fios brancos que anunciam uma nova etapa da vida; frequentar bailes onde o número de idosos é predominante; são alguns fatores que caracterizam a falsa imagem de que a velhice pode ser por escolha e mérito, um “estado de espírito” (LIMA, 2001). Porém, todas essas atividades não são alcançadas pela maioria da população idosa pertencente à classe trabalhadora pobre.

De acordo com Matos (2012):

A nova realidade demográfica do Brasil leva à criação de um grupo denominado Terceira Idade, caracterizado por produzir uma imagem positiva do envelhecimento. Pesquisas sobre idosos mostram, também, que espaços estão sendo criados e ocupados rapidamente pela população de meia idade para que novas experiências de envelhecimento possam ser vividas coletivamente. Exemplos disto é a criação de instituições como Universidades da Terceira Idade, spas, grupos de dança de salão, viagens turísticas, grupos recreativos, academias de educação física, de pilates e de hidroginástica, lojas de roupas e de cosméticos, espaços de saúde e beleza, programas e revistas especializadas na mídia voltadas para este segmento que já se encontram no mercado para atender e esse público específico. Entretanto, tratar a velhice no Brasil não é tarefa fácil. (MATOS, 2012, p.5)

O envelhecimento ativo proposto e propagado pela “terceira idade” impulsiona o mercado no que diz respeito às formas de envelhecer bem e para se atingir este objetivo, faz-se necessário uma mudança no estilo de vida que implica não apenas disposição para se entregar a atividades como cuidados com o corpo, ginástica e viagens, assim como tratamentos de rejuvenescimento com cosméticos de última geração, como também uma disponibilidade financeira para arcar com tudo isto.

As preocupações com a saúde se constituem em um elemento central quando se discute a velhice e não se pode esquecer que a saúde do idoso também é mercantilizada, não

apenas no que diz respeito ao consumo de medicamentos, como também na aquisição dos planos privados de saúde.

Os planos de saúde são vendidos por preços exorbitantes, sendo feitos “pacotes” com diversos benefícios, contendo preços diferentes, que atendem a “todos” os usuários dentro das especificidades de cada um, em um espaço em que o Estado atua de forma precária, a iniciativa privada “vende” a imagem da eficiência.

Ainda em relação aos planos de saúde, o preço pode variar a partir do critério etário, que se torna um referencial na composição do preço a ser cobrado pelo serviço a ser prestado. O plano de um jovem é de valor inferior ao de um idoso, as prestadoras desse serviço têm um entendimento de que o velho é mais propenso a ter problemas de saúde e através de cálculos probabilísticos relaciona a chance de adoecer ao valor do contrato e carência para tratamentos interligados com doenças que o velho já possua. No entanto, esta situação está em desacordo com artigo 15 da Lei nº 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso: “§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade”.

As restrições impostas pelos planos de saúde aos clientes, geralmente, são estabelecidas nos contratos de adesão (coletivos ou individuais), que muitas vezes extrapolam os limites previstos pela Lei de Planos de Saúde no que tange a procedimentos e eventos não cobertos. Como se não bastassem tais limitações, outras são impostas pelos planos nas análises para “autorização/liberação” de procedimentos/exames/materiais que, muitas vezes, podem ser consideradas uma interferência indevida na relação médico-paciente pela qual o Plano de Saúde tenta impor a realização de um procedimento menos oneroso. (GUASSÚ, s.a.)

De acordo com o Art 1º, inciso I, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os Planos e seguros privados de assistência à saúde, é garantido aos usuários:

I - Plano Privado de Assistência à Saúde: prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando a assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 200 Contrariando as determinações do Estatuto, a fim de evitar o abuso econômico, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)

em 2003 determinou o número de dez faixas etárias que passaram a ser obrigatórias nos contratos de planos de saúde¹⁹;

- 1ª faixa: de 0 a 18 anos;
- 2ª faixa: de 19 a 23 anos;
- 3ª faixa: de 24 a 28 anos;
- 4ª faixa: de 29 a 33 anos;
- 5ª faixa: de 34 a 38 anos;
- 6ª faixa: de 39 a 43 anos;
- 7ª faixa: de 44 a 48 anos;
- 8ª faixa: de 49 a 53 anos;
- 9ª faixa: de 54 a 58 anos;
- 10ª faixa: de 59 anos ou mais.

A procura por planos privados de saúde se torna cada vez mais alta, devido à saúde pública ter sofrido vários cortes, especialmente a partir da década de 90 do século XX, com o reajuste neoliberal. Contudo, se pensarmos em momentos de crises econômicas, em que a instabilidade financeira e o desemprego assombram a população, parte desses gastos com os planos são cortados e essa população recorre ao sistema público, criando um inchaço na saúde pública, que se torna cada vez mais precária e os abusos econômicos por parte das operadoras dos planos de saúde tornam-se recorrentes; com base nesta questão, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu pela legitimidade dos reajustes de mensalidade dos planos de saúde conforme a faixa etária do usuário, desde que haja previsão contratual e que os percentuais sejam razoáveis. Sendo que a sentença aprovada pelos ministros do STF foi a que se segue:

O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que (i) haja previsão contratual, (ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso. (Recurso Repetitivo em 01/03/2017, STJ – Site Institucional).

Ainda neste contexto da saúde, a indústria farmacêutica tem se mantido atenta às demandas deste mercado, sendo que, os medicamentos voltados para os velhos ainda são os mais caros. Essa demanda é advinda das doenças que podem surgir em qualquer idade, porém, podem ocorrer com maior incidência na velhice, pelo fato de os velhos estarem mais vulneráveis e sujeitos a doenças crônico-degenerativas que comprometem sua capacidade

¹⁹ Vide site <http://www.conjur.com.br/2016-set-14/garantias-consumo-problema-reajuste-plano-saude-mudanca-faixa>

física e funcional e os coloca em uma situação de dependência da família. *“Para o idoso, depender do auxílio de outras pessoas gera sentimentos de impotência e inutilidade, podendo acarretar certo descontrole emocional, que, por sua vez, pode se agravar com a presença de conflitos familiares.”* (TAVARES et al., 2012,p.115).

Basta observar a progressão das despesas médicas e farmacêuticas no último ano de vida, nós gastamos uma quantia equivalente a que tínhamos gasto durante toda a vida até aquele momento. E o último mês custa tanto quanto o último ano inteirinho. Portanto, a velhice é calculada não a partir do ano de nascimento, mas tendo como referência a morte (DE MASI, 2000, apud MATOS, 2012, p. 4).

À medida que o termo “terceira idade” caracteriza uma relação com a cultura de consumo, o conceito corrente de velhice vai sendo, aos poucos, desconstruído pelo mercado, que ao introduzir novos comportamentos, hábitos e estilos de consumo não se limita a ser concebida apenas como uma idéia generalizada e uniforme de decadência, embora ainda seja carregada de estereótipos. O processo de envelhecimento se dá de forma desigual para homens e mulheres, velhos pobres e aqueles com uma situação social mais favorável. A velhice em suas formas diferenciadas de ser concebida e vivida reproduz as desigualdades da sociedade capitalista nos discursos da mídia, nos discursos geriátricos e nos discursos dos próprios velhos que muitas vezes negam o envelhecimento do próprio corpo.

2.1. “Terceira Idade” – a mercantilização da velhice.

Para Marx, a mercadoria é algo misterioso, *“cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”* (2011, p.92). Como valor de uso, ela se destina a satisfazer as necessidades humanas, no entanto, seu caráter misterioso não provém de seu valor de uso, mas, de sua função fisiológica, ou seja, do dispêndio e da quantidade de trabalho humano empregado em sua produção. E esta função imperceptível aos sentidos que foi denominada por Marx como “o fetichismo da mercadoria”.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-lo como relação social existente, á margem deles, entre os produtos de seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadoria, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (MARX, 2011, p.94)

Tomando por princípio esta definição marxiana, a partir dela, buscaremos compreender a relação direta estabelecida neste estudo entre a “invenção da terceira idade” e a “mercantilização da velhice”. Posto isto, afirmamos que, com o aumento da expectativa de vida da população mundial e brasileira, a velhice, tem sido reinventada sob a denominação de “Terceira Idade” e, com isto, tem se criado ao lado das necessidades essenciais, tais como alimentação, moradia, medicamentos, etc., outras necessidades relativas como: viajar, cuidar do corpo e da pele, se conectar por redes sociais, empreender, etc. A invenção desta nova “etapa de vida” – a “terceira idade” – acaba por revelar aos sujeitos que envelhecem um modelo de vida, ou melhor, de modo de vida e de comportamento a ser adotado/consumido com o intuito maior de “não envelhecer”; ilusão própria ou intrínseca às mercadorias, como salientado no primeiro capítulo “[...] a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX,1867)

Na contemporaneidade, a obsessão pelo corpo jovem e a tentativa de ‘apagar ou corrigir’ as marcas da temporalidade inscritas no corpo, podem significar o desejo de evitar ou a vontade de camuflar a dor da finitude. Dessa maneira o sujeito acaba consumindo não apenas o produto, mas há, na mesma medida, um consumo de identidades, de um modelo de sujeito. (SILVA; XAVIER, 2012, p.211).

O processo de envelhecimento da população brasileira é um fenômeno recente na história do país e tem se tornado aos poucos objeto de estudos multidisciplinares. Assim, os termos “Terceira Idade” e “Melhor Idade” são largamente utilizados para se designar uma parcela da população, cuja longevidade tem aumentado ao mesmo tempo em que a sociedade tem vivenciado as mudanças em seu perfil demográfico, decorrentes da diminuição das taxas de natalidade, avanços medicinais e melhorias de “qualidade de vida”, resultando assim no envelhecimento da população e, com ele, o surgimento de novas necessidades e demandas.

Nos últimos tempos, a sociedade brasileira tem quebrado antigos paradigmas. Talvez um dos maiores sejam as mudanças de hábito e atitudes da chamada “Terceira Idade”. Com estas mudanças surgem novas e promissoras oportunidades

de negócios. Arelado a este fato vem à necessidade de análises de comportamento deste nicho. (ALONSO e GIUSTINA, s.a., p. 2)

Dito isto, salientamos, de acordo com a lei 10.741/2003 que instituiu o Estatuto do Idoso, é considerada idosa a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos. Para Camarano (2004), idoso em termos estritos, é aquele que tem “muita” idade. No entanto, se levamos em conta apenas o aspecto cronológico, reduziremos o termo velhice a uma conotação negativa de decadência e exclusão social em função das muitas limitações que podem ser características dessa fase e nos afastaremos da concepção, para nós, verdadeira, de que os processos de envelhecimento não podem ser concebidos de forma homogênea.

O termo “terceira idade” surgido na França foi largamente difundido pelos estudiosos e profissionais que lidam com assuntos relacionados ao envelhecimento. A expressão “terceira Idade” de acordo com Debert (1997), “originou-se na França, entre os anos 60 e 70 com a implantação, das *Universités du Troisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981, a partir de então, seu uso difundiu-se entre os interessados no estudo da velhice. O termo não refere a uma idade cronológica precisa e não caracteriza a população idosa de uma maneira geral. Trata-se de um segmento populacional envelhecido para quem a palavra velhice é *palavra quase proibida* (PALÁCIOS, 2004), que está relacionada à construção de uma outra imagem social para o processo de envelhecimento, diferente daquela que já se encontra consolidada nos discursos e na mídia.

A ideia de *velhos doentes*, jogados em asilos pela família é algo que começa a se distanciar da realidade em que vive a terceira idade atualmente. As pessoas buscam cada vez mais sua independência financeira e tentam conquistar o afeto da família. É visível a alegria dessas pessoas quando descobrem que não precisam ficar em casa ou mendigar a atenção de filhos e netos. Todos os que participam destes grupos redescobrem seus interesses esquecidos em função dos fatores financeiros. Desta forma sentem-se realizados não só com essas novas atividades como também com as atividades rotineiras do lar. (SANTOS e VAZ, 2008, p. 342, grifos do autor).

Para Luna Rodrigues Freitas Silva, em seu artigo: “*Terceira idade: nova identidade, reinvenção da velhice ou experiência geracional?*” (2008) supostamente a categoria “Terceira Idade” equivaleria ao envelhecimento de uma geração especialmente privilegiada. Ainda que haja controvérsias acerca da delimitação de diferentes grupos de nascimento, os

*baby-boomers*²⁰ – nascidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial – seriam a geração que agora envelhece e goza de saúde e recursos financeiros em sua aposentadoria. A importância política, econômica, social e cultural deste grupo o torna signatário da chamada “Terceira Idade”. Na realidade a idade cronológica se constitui apenas em um marcador geracional que não se constitui em fator suficiente para se entender as relações sociais intergeração.

Cordeiro e Albuquerque (2013) afirmam que a constituição de uma geração parte de dois pressupostos básicos: o primeiro se remete ao acontecimento de eventos que de alguma forma “quebraram a continuidade histórica”; já o segundo elemento central, está relacionado à vivência deste marco histórico por um grupo de sujeitos, integrados em uma faixa etária, durante seu processo de socialização. Dessa forma, ressalta-se que o que se entende por gerações está diretamente relacionado a um contexto nacional, pois há uma clara distinção entre os percursos históricos das diferentes nações, nas dimensões histórica, social, cultural e econômica, que influenciaram a vida dos indivíduos e serviram de marcadores geracionais. Corroborando, Feixa e Leccardi (2010) ressaltam ainda que os sujeitos podem se caracterizar como pertencentes a uma geração, ao compartilharem crenças e valores por terem vivenciado em conjunto certas situações temporais. (PENA e MARTINS, 2015, p.1).

A velhice “bem sucedida” Dool (2007) é representante de uma geração que se insere em uma categoria formada por sujeitos de classe média que vive nos centros urbanos e envelhece com dignidade social. Segundo Guita Grim Debert, em seu livro *A Reinvenção da Velhice* (2004), estes sujeitos tendem a ter maior disponibilidade financeira para o consumo e, assim, tornam-se parte de um grupo privilegiado dentro do sistema econômico que cria uma categoria de classificação social, inserido entre a produtividade da idade adulta e a senilidade propriamente dita, a partir dos 60 anos, dessa forma, denvincula-se a ideia de velhice representada pelo enfoque da doença e improdutividade. Com isto, surge um novo mercado de consumo para atender as novas demandas do mercado de envelhecimento, que vem se transformando cada vez mais em um problema social de responsabilidade individual.

²⁰ A geração Baby Boomers pode ser identificada pelo conjunto de pessoas nascidas entre o período de 1940 a 1960. Estes profissionais nasceram no término ou após a Segunda Guerra Mundial, e foram educados com base na disciplina e rigidez. (Sociedade Brasileira de Coaching). A terminologia em inglês que foi dada para esta geração, surgiu para caracterizar o aumento considerável de nascimento de bebês, no período pós-guerra, pois, com o regresso dos soldados que estavam em combate no segundo conflito mundial, foi constatado o aumento do número de mulheres que engravidaram nesse período. (PENA e MARTINS, 2015, p.1)

No contexto atual o envelhecimento se transforma em um novo mercado de consumo, não há lugar para a velhice, que tende a ser vista como consequência de descuido pessoal, da falta de envolvimento em atividades motivadoras, da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados. O declínio inevitável do corpo, o corpo que não responde às demandas da vontade individual, e antes percebido como fruto de transgressões e por isso não merece piedade (MATOS, 2001, p.6).

Mas é necessário estar atento para o fato que este processo não acontece para todas as pessoas da mesma idade em todos os segmentos sociais e em todos os lugares da mesma forma em que a pessoas não podem ser responsabilizadas por não envelhecer dentro de um padrão pré-estabelecido. Visto que, muitas vezes, praticar ginástica, esportes, dança ou outros tipos de atividades nessa fase da vida, pode não depender exclusivamente de vontade, mas também de condições físicas e financeiras, de determinada estrutura de vida que pode, por sua vez, obrigar o sujeito idoso a se manter ativo no mercado de trabalho. Neste sentido, tentar homogeneizar o envelhecimento pode se constituir em um risco e um equívoco, é mais sensato entender que este processo é peculiar a cada um.

O interesse social pela velhice pode se justificar pelo fato de que, ao se conceber a velhice como “Terceira Idade” se desponta um mercado de negócios que depara com as exigências de um novo consumidor, o qual tem poder aquisitivo e potencializa um mercado de consumo que até então era desconsiderado no Brasil, mas que já foi descoberto nos países ditos desenvolvidos desde a segunda metade do século XX. A questão atual, no que diz respeito à forma de conceber o envelhecimento, é que concebê-lo como a “velhice bem sucedida” é negar todos os problemas decorrentes deste processo e tratá-lo literalmente como um problema social de responsabilidade individual. Envelhecer não é uma questão de escolha, embora se difunda a ideia de que se pode escolher como envelhecer, este é um processo que depende de fatores anteriormente mencionados.

A mídia tem sido responsável em grande parte por criar essas novas abordagens acerca da velhice, sobretudo no que diz respeito às mulheres²¹ que se voltam para atividades de

²¹Na sociedade ocidental as mulheres nascem submetidas a um padrão estético largamente divulgado pela mídia através da imposição de *uma estética de corpos extremamente magros, jovens e europeizados, características incompatíveis com a aparência da maioria das mulheres* (Viana, s.a, p.1). Para as mulheres a preservação da aparência está diretamente ligada à conservação do corpo e da beleza e isto equivale praticamente á preservação da juventude, tornando-as mais vulneráveis ao medo de envelhecer.

cuidados com o corpo através de caminhadas e ginástica e com a pele com a utilização dos produtos anti-idade, cuja eficácia no combate aos radicais livres²² tem sido debatida nos meios científicos através de estudos e pesquisas.

Neste sentido, a nova forma de conceber a velhice aponta, sobretudo, para uma valorização dos cuidados com corpo. Afinal, a decadência física decorrente do envelhecimento manifesta no corpo as mudanças físicas e funcionais e em função da “reprivatização da velhice²³” se concebe uma série de atividades físicas voltadas para pessoas acima dos sessenta anos, tendo como finalidade a manutenção da boa forma física e do bom funcionamento do organismo, de forma, sobretudo, lúdica e, reforça com isto, a ideia das escolhas do indivíduo acerca de como envelhecer.

Envelhecimento como uma questão de corpo e mente, nos leva a pensar que existe um ser e um parecer velho. O ser velho faz parte da natureza, da condição biológica do homem, enquanto que parecer velho faz parte da cultura, da imagem corporal que é construída para cada sociedade para caracterizar a velhice e que permite que ela seja negada ou adiada. (BLESSMANN, 2003, p.116)

A juventude no contexto capitalista sempre foi associada à força de trabalho em detrimento da velhice que, ao contrário, sempre esteve associada à imagem da decrepitude e da incapacidade de produzir. Em um modo de produção que tem no trabalho sua centralidade, o indivíduo é valorizado segundo sua capacidade de produção. No entanto, com o aumento da expectativa de vida da população mundial, a sociedade capitalista transforma sua visão da velhice porque vive outra contradição em relação ao sujeito que envelhece, pois, se por um lado este sujeito não mais contribui de forma produtiva, por outro lado passa a ser percebido pela sua capacidade de consumir. Neste contexto, a mídia (embora não exclusivamente) tem assumido um papel de difusão e construção de outra visão sobre a velhice, mais ativa e participativa e não apenas aquela baseada na decadência e na doença.

²²Os radicais livres são moléculas liberadas pelo metabolismo do corpo com elétrons altamente instáveis e reativos, que podem causar doenças degenerativas, envelhecimento e morte celular. Podem ser gerados no citoplasma, nas mitocôndrias ou na membrana e o seu alvo celular (proteínas, lipídeos, carboidratos e DNA) está relacionado com o seu sítio de formação. (VASCONCELOS et. al, 2014, p. 213)

²³Termo utilizado por Debert (2004), para designar os processos que transformam a velhice em uma responsabilidade individual, podendo “desaparecer de nosso leque de preocupações sociais” (p. 14). O envelhecimento passa a ser uma responsabilidade do indivíduo e não mais uma decorrência da existência humana condicionada por uma série de fatores externos.

Cabe enfatizar que a mídia pode contribuir tanto para a formação quanto para a deformação de identidades, portanto, o discurso difundido pela mídia não pode figurar como verdade “absoluta”, pois na medida em que nossa subjetividade é construída a partir dos elementos recebidos do meio, torna-se fundamental fazer uma reflexão acerca da informação que nos é emitida, visto que os jornalistas, novelistas, escritores, redatores e demais profissionais envolvidos com os elementos midiáticos também são sujeitos interpretativos, assim, aquilo que nos é transmitido é a reflexão de alguém sobre algo. (SILVA e XAVIER, 2012, p.209).

No entendimento de Debert (2004), a mídia “desestabiliza os mecanismos tradicionais de diferenciação e abre campos para novas demandas políticas para a formação de novos mercados de consumo” (s.p.) O sujeito da “Terceira Idade” tem sido visto pela mídia como um alvo de consumo, sobretudo pelo seu poder de compra, garantido por rendimentos assegurados pela sua aposentadoria. É esse o sujeito seduzido pela ideia desta nova imagem construída de velhice, de que é a fase na qual a vida deve ser vivida de forma mais prazerosa.

Dessa forma, o lazer na velhice constitui uma mercadoria vendida sob argumento de proporcionar aos idosos uma vida mais descontraída e mais social, em uma fase cuja vida deve ser melhor aproveitada. No entanto, faz-se necessário ultrapassar as aparências para se fazer uma avaliação deste aspecto de forma mais crítica, indo para além da imagem de velhice bem sucedida de “terceira idade” veiculada pela mídia. Os benefícios do lazer sobre o envelhecer são inegáveis, porém o que se discute é a ausência ou ineficiência de políticas públicas que garantam aos velhos, de uma forma geral, independente das condições financeiras que apresentem, a oferta deste serviço fora do mercado garantido de forma universalizada ao trabalhador que envelhece sendo que os investimentos neste setor deveriam ser previsto nos orçamentos públicos.

A gerontologia, juntamente com o Estado, defende a ideia de que é necessário manter os velhos ativos para que não adoçam e se utilizam deste discurso para justificar a necessidade de reaproveitamento do tempo ocioso na velhice, sobretudo após a aposentadoria.

O mercado turístico, por sua vez, trabalha com a ideia de que a atividade turística promove o bem estar dos idosos e com base no Programa do Governo Federal *Viaja Mais Melhor Idade*²⁴ tem sido desenvolvido um trabalho para que esse público se constitua em uma faixa etária privilegiada para a vivência do turismo como atividade de lazer.

²⁴“O Viaja Mais Melhor Idade é uma iniciativa do Ministério do Turismo para facilitar a inclusão no mercado de viagens das pessoas com mais de 60 anos, aposentados e pensionistas. Descontos, condições especiais e serviços personalizados proporcionaram a esse público a chance usufruírem dos benefícios da atividade turística.” Vide *site* <<http://www.viajamais.gov.br/vm/>>

Sendo assim, Moletta (2000, p. 8), observa o turismo da terceira idade como sendo “um tipo de turismo planejado para as necessidades e possibilidades de pessoas com mais de 60 anos, que dispõem de tempo livre e condições financeiras favoráveis para aproveitar o turismo”, bem como, através deste, praticar atividades físicas tão importantes para o bem estar de sua saúde. A importância da atividade física e do lazer para se ter uma vida melhor é o maior desejo dessas pessoas da terceira idade, assim estas desejam envelhecer com saúde e qualidade de vida. (SANTOS e BERTOLDI, 2012, p.9).

O envelhecimento populacional no Brasil e no mundo tem aberto as possibilidades do surgimento de novas aberturas de mercado a partir de necessidades específicas e novos valores com o aumento das expectativas de vida e a construção de uma nova imagem para a velhice vinculada a produtos antienvelhecimento, viagens e passeios, etc. Desta maneira, setores do mercado são reestruturados, produtos são desenvolvidos focando na “Terceira Idade” e serviços vão sendo adaptados às necessidades e exigências desse público. Paralelamente, outro aspecto que se dissemina entre esse grupo é a negação à própria velhice:

Contudo, é importante ressaltar que os consumidores, principalmente de 50 a 60 anos, reagem mal aos termos que fazem lembrar que envelheceram, tais como terceira idade e geriatria. Isso denota que não gostam de ser tratados como velhos, portanto a melhor forma de atrair esse público, possivelmente, seja enfatizando os benefícios do produto, despertando uma identificação desse segmento com o mesmo, e não direcionando o produto especificamente para essa faixa etária. (SLONGO; ESTEVES, 2012, p.37 apud DEBERT, 2003, s/p).

Conforme salientado,

‘Terceira idade’ é a nova categoria que surge para designar o envelhecimento ativo e independente, concebido a partir dessas teorias e que é caracterizado pela ociosidade criativa e pela prática de múltiplas atividades físicas e culturais. É no bojo destas teorias que nascem e multiplicam-se os programas voltados para idosos, originariamente, na forma de grupos de convivência. (BLESSMANN, 2003, p. 64)

No entanto, a margem desta ”terceira Idade” existe uma velhice excluída dos benefícios do desenvolvimento deste mercado, mais sacrificada, mais sofrida e sem condições materiais e sociais de assegurar uma “qualidade de vida” mínima; uma população, inclusive, com uma menor expectativa de vida.

No livro *A Invenção Social da Velhice* (1987), Magalhães faz uma compreensão social do processo de envelhecimento e coloca que em função da especificidade e complexidade do mesmo não é possível se estabelecer uma homogeneidade das formas de envelhecimento, porque é necessário se levar em conta alguns fatores condicionantes presentes em cada contexto analisado, considerando-se os aspectos: cultural, geográfico, econômico e social que exercem uma influência considerável na trajetória de vida de cada indivíduo. Se alguns envelhecem com boa saúde, outros envelhecem sentindo mais duramente os efeitos da longevidade.

O processo do envelhecimento também está relacionado ao aparecimento de determinadas doenças, embora poucos estudos comprovem o surgimento dos fatores de risco após os 65 anos, posto que, nessa fase, alterações orgânicas, somadas às debilidades favorecem o aparecimento de doença. Além disso, há outros fatores de risco como tabagismo, alcoolismo, associados ao aparecimento de doenças, nessa faixa etária. (FREITAS, et al, 2002, p.223)

Para o autor, a compreensão social do “ser” idoso passa também por outra categoria de análise, que é a da diferenciação das idades biológica, cronológica e social e isto também se constitui em outro aspecto que torna a homogeneização de uma categoria, funcional, segundo ele, aos interesses do capitalismo porque mascara as desigualdades do sistema:

Sabemos que a evolução biológica do ser humano, em seu processo vital é decisivamente afetada pela classe social, pelo grupo profissional, pela cultura e demais determinantes, encurtando ou prologando a vida. Permitindo, da mesma forma, que em cada uma de suas etapas seja maior ou menos a possibilidade de conservação da saúde, aquisição de cultura e fruição dos bens, serviços e possibilidade de bem-estar social e individual. (MAGALHÃES, 1987, p.14)

A velhice também deve ser pensada a partir de outros aspectos, como ressalta Guita Grin Debert:

A hipótese de que a velhice seja uma experiência homogênea, como já vimos, funda a gerontologia. A perspectiva que orientou os primeiros estudos na área considerava que os problemas enfrentados pelos idosos eram tão prementes e semelhantes que minimizavam também as diferenças de gênero. A velhice – pensada através da ideia de *roleless role*, de minoria desprivilegiada ou de subcultura – sobrepuja-se às outras diferenças sociais. A revisão operada nesses pressupostos, a partir dos anos 70, é fruto de um interesse relacionado pelas questões relacionadas com as diferenças de classe social, etnia, mas também de gênero. (DEBERT, 1999, p. 147)

Vale ressaltar a importância de entender todo o processo de envelhecimento pelo qual passa o ser humano. Deve-se esclarecer o que é “ser um idoso”; em qual idade cronológica começa a velhice; quais são os diversos tipos de velhice e de velhos; os preconceitos vividos pelas pessoas que são consideradas velhas, mas não fazem parte da faixa etária da velhice (legalmente estabelecida) e também as pessoas velhas que sofrem preconceito por serem simplesmente velhas.

A experiência de envelhecimento passa a ser vista como uma opção individual diante de um leque variado de produtos e serviços, e não mais uma imposição inexorável do passar dos anos. Esta visão cada vez mais permeia as práticas dos que envelhecem as disciplinas que se voltam para seu estudo e as iniciativas destinadas à população idosa, ao mesmo tempo em que surgem cada vez mais recursos e discursos para a negação dos efeitos do envelhecimento (LIMA, 2001, p. 143).

Na atualidade, abrem-se variados campos de investigação na área do envelhecimento que buscam ampliar o conhecimento acerca deste processo. Os vários campos de conhecimento têm construído um saber multidisciplinar, concebendo o envelhecimento para além dos limites biológicos da geriatria. O que interessa é se obter uma compreensão global deste processo levando em conta a análise de aspectos sociais e sua influência nas formas diferenciadas de envelhecer.

Verificamos que a velhice é uma experiência que se processa de forma diferente para homens e mulheres, para brancos, negros e indígenas, tanto nos aspectos sociais, econômicos, quanto nas condições de vida. Esses critérios são determinantes inclusive do lugar que os idosos e as idosas ocupam na vida social na relação direta com sua origem étnico-racial e sua condição de gênero. (BERZINS, 2003)

A qualidade de vida e bem estar para os velhos, ideais tão presentes nos discursos oficiais, são direitos que precisam ser garantidos ao indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, a cada fase de sua evolução, pois, ao garantir a um cidadão desde o nascimento a efetivação de políticas públicas que lhe dão condições dignas de vida tais como educação, saúde, moradia, acesso à cultura, etc., envelhecer bem deixará de ser um privilégio a ser usufruído de forma satisfatória apenas por aqueles que são privilegiados economicamente.

Assim, é possível afirmar que o envelhecimento da população é um fenômeno mundial que, se por um lado pode ser concebido como um momento de novas conquistas, por outro

pode significar debilidade, exclusão, doença e dependência. Envelhecer é um processo inevitável, envelhecer bem e saudável pode ser um ideal fora da realidade de muitos.

Em uma sociedade que enaltece a beleza e a jovialidade, o processo de envelhecimento está associado a certos estigmas como decadência, sofrimento, incapacidade, inutilidade, fragilidade e perdas. Porque tem na plasticidade dos corpos jovens, mesmo que esculpidos artificialmente, referências fundamentais. No entanto, foi a partir desta imagem estigmatizada que se legitimaram direitos sociais como, por exemplo, a universalização da aposentadoria. Porém, quando a velhice ganha a denominação de “terceira idade”, ela passa a ser assimilada como um tipo de “envelhecimento sem velhice” que somente é alcançado por aqueles que dominam a “arte de saber envelhecer” (responsabilidade individual neste processo), ou seja, sobretudo os que possuem vigor, saúde, boa escolaridade e poder aquisitivo e outros níveis de aspiração e consumo que lhes dão condições para reinventar a velhice e assim viverem novas experiências até então somente admitidas aos mais jovens.

Nesse movimento pendular, no delineamento das soluções para o problema, o discurso naturalista sobre a velhice cede espaço. Na nova idéia, tudo se processa como se fosse possível, através da ação conjunta do Estado e da ciência (geriatria e gerontologia), através dos discursos e programas implementados pelas suas diversas instituições sociais _ inclusive a família -, pôr termo ao que é denominado problemática social da velhice. Os objetivos expressos postulam normas apontadas como fundamentais para se alcançar um envelhecimento sem velhice. Investem na construção do que consideram a arte de saber envelhecer, a qual deverá ser aprendida pelos envelhecidos. (MAFFIOLETTI, 2005, s.p.)

Os estereótipos negativos de velhice associados a medicamentos e serviços de saúde vão sendo paulatinamente colocados de lado, a idade cronológica torna-se um detalhe secundário, o que passa a se estabelecer como importante são valores e estilos de vida associados a uma imagem de jovialidade e tudo que esta representa.

As novas imagens da velhice contribuem na revisão de estereótipos pelos quais o envelhecimento é tratado, desestabilizando imagens culturais tradicionais, elas oferecem um quadro mais positivo do envelhecimento, diz Debert, que passa a ser concebido como uma experiência heterogênea em que a doença física e o declínio mental, considerados fenômenos normais neste estágio de vida, são redefinidos como condições gerais que afetam as pessoas em qualquer fase. Mas como diz a autora, seria ilusório pensar que estas condições são acompanhadas de atitudes mais tolerantes em relação às idades, pois a valorização da juventude é característica marcante do processo de constituição de novas imagens da velhice, associadas a valores e estilos de vida e não propriamente a um grupo etário específico. Assim

conclui a autora que, a promessa da eterna juventude passa a ser um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. (BLESSMAN, 2006, P.76)

Quando avaliamos a categoria gênero²⁵, vamos ao encontro às formas diferenciadas de vivenciar o processo de envelhecimento e de como este processo se dá para a mulher em função até mesmo das questões fisiológicas de seu organismo e de como a mulher concebe a velhice a partir da perda da imagem de si mesma, ou seja, beleza, vitalidade. Em função da construção cultural do papel que cabe à mulher no contexto social enquanto filha, mãe e esposa, para ela, o envelhecimento é um processo duplamente brutal porque vem acompanhado da aposentadoria e também da menopausa, o que significa, ao mesmo tempo, o fim de sua vida produtiva enquanto trabalhadora e de sua vida reprodutiva enquanto mulher e mãe. Ou seja, o envelhecimento para a mulher pode significar uma batalha em várias frentes.

A percepção da menopausa e de sua medicalização, disseminada pelo discurso médico, pelos laboratórios farmacêuticos, pela mídia e até por ramos do discurso feminista, tem como público-alvo uma mulher privilegiada social e economicamente, com tempo e dinheiro disponíveis para cumprir numerosos rituais de saúde e beleza atribuídos a ela: exercícios físicos, cremes e vitaminas, alimentação balanceada, entre outros. Essa percepção pressupõe que a menopausa e o envelhecimento se apresentam da mesma forma a todas as mulheres, negando sua individualidade e contextos sócio-econômico-cultural (TRENCH e SANTOS, 2005).

A maioria das mulheres concebe menopausa²⁶ como referencial de seu envelhecimento, da mesma forma que durante muito tempo concebeu-se a menstruação como

²⁵ Ao enveredarmos ainda pela identificação do Gênero e procurarmos compreender o seu significado, no campo da construção teórica e da sua relação com o Movimento de Mulheres/Movimento Feminista, vemos que, há cerca de duas décadas, um certo furor feminino atacou diversos campos do saber, ligado principalmente ao Movimento Feminista. Esse furor representava tentativa(s) de dar estatuto de *saber* à vivência e estudos sobre a mulher. Era a época de *visibilizar* um segmento que se encontrava *embutido* sempre no geral: a história da classe trabalhadora, a força de trabalho na indústria etc. De uma certa maneira caminhava-se no campo teórico com passos ligados, interligados aos movimentos que se gestavam no país, pós-anos 70. A luta pela abertura política no Brasil trouxe uma reflexão também da condição feminina, que teve um impulso maior no país com a instauração da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas, de 1975 a 1985. Com a vinda de militantes exiladas pelo regime ditatorial, a discussão sobre o feminino/feminismo se acentuou ainda mais, já que em outros países a discussão sobre a opressão feminina se encontrava em estágios bem avançados, enquanto no Brasil ainda engatinhávamos no pós-abertura. Os encontros/desencontros de militantes latino-americanas(os), com ingleses, francesas(es), alemãs(ães) com essa reflexão/discussão de um certo pensar a *mulher* possibilitaram modificações também no Brasil. Surge daí a afirmação primeira do movimento feminista brasileiro, ou sua primeira fase: visibilizar o feminino enquanto elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições brasileiras. (Guedes, 1995, p. 5)

²⁶Mucida (2006) ressaltou que foi Charles Pierre de Gardanne, em 1816, quem primeiro utilizou o vocábulo “menopausa” para descrever a cessação de atividade reprodutora a partir do término da ovulação. De acordo

adoecimento, no entanto, hoje, tais concepções se transformaram e a grande questão para as mulheres é que neste contexto de reinvenção da velhice, as mulheres continuam atreladas aos padrões de beleza, feminilidade, juventude, fertilidade e libido e atrelam á menopausa significados como: velhice, improdutividade e fim da sexualidade. Neste sentido, o mercado se abre à venda de produtos e desejos.

Diante destas colocações, outro fenômeno a ser avaliado dentro do processo de envelhecimento populacional é o da “feminização da velhice”, isto é, do predomínio de mulheres entre a população idosa e de como se torna complexo a satisfação das necessidades individuais para estes dois sujeitos – homem e mulher. *A velhice é uma experiência que se processa diferente para homens e mulheres, tanto nos aspectos sociais como nos econômicos, nas condições de vida, nas doenças, e até mesmo na subjetividade.* (BERZINS, 2003)

De acordo com dados demográficos levantados por Camarano (2002), as mulheres vivem mais que os homens. Embora as mulheres vivam mais que os homens, isto não significa que vivam melhor, pois geralmente têm menor escolaridade, menos expectativas em relação à carreira e recebem salários menores. Por outro lado, a predominância de mulheres entre os idosos tem repercussões significativas nas demandas por políticas públicas devido ao fato de que o envelhecimento as coloca em situação de risco social, tendo em vista que ficam mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que os homens. Além disto, a “feminização da velhice”, fenômeno mundial, para Almeida (2003), as mulheres, apesar de viverem mais que os homens, acumulam mais desvantagens em relação a estes por trabalharem mais e receberem menos, além de estarem submetidas a uma situação de mais pobreza e dependência de recursos externos. Dessa maneira, a problemática do envelhecimento também precisa ser tratada como uma questão de gênero. Além do fato de que neste contexto de envelhecimento em tempos de valorização do que representa juventude, a perda dos atributos estéticos e eróticos para a mulher, se constitui em um processo ainda mais perverso que para o homem, em função das cobranças da sociedade, apesar de haver semelhanças no processo de envelhecimento de ambos.

com a autora, “menopausa advém do grego como junção das palavras mês ou regras, mais parada” (p. 162). Além disso, elucidou que, até o século XX, esse período era tido como um mistério e um tabu, tendo sido desmistificado como tal a partir de 1980, ganhando, então, o estatuto de patologia pelos efeitos hormonais relativos à produção de estrogênio como: fogacho, secura da pele, secura vaginal, irritabilidade e distúrbios do sono. (Ferreira, 2010, p.51)

As semelhanças também aparecem na degenerescência física, os corpos sofrem transformações como a flacidez de tecidos, as rugas, cabelos brancos e outras mudanças naturais do passar dos anos que não são desejadas. Porém, a mulher geralmente sofre mais com este processo, pois a beleza física é um atributo cobrado muito mais das mulheres. Nos atuais padrões sociais de beleza, uma mulher com mais de 60 anos não é aceita naturalmente como bela, precisa pintar os cabelos, fazer plástica para tirar as rugas, entre outras medidas para ter uma aparência mais jovem e, portanto, ficar mais bonita. (PLONER et al, s.a., p.154)

Para se entender a mercantilização da “terceira idade”, precisamos primeiramente entender a forma como esta sociedade assimila o ideal de juventude. A juventude, neste caso, não se refere a uma idade cronologicamente definida, mas a um estilo de vida divulgado, sobretudo pelos meios de comunicação. Vivemos em um tempo no qual:

Como afirma Edgar Morin, ‘o tema da juventude não concerne apenas aos jovens, mas também àqueles que envelhecem’ (MORIN, 1984, p. 147). Em um ambiente em constante transformação como o das sociedades ocidentais contemporâneas, a maturidade e a sabedoria, frutos da experiência acumulada, perderam seu valor. A velhice passou a ser “um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo e de falta motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida” (DEBERT, 2010, p. 51 apud ZARUR e CAMPOS, 2015, p.46).

Assim, a mercadoria “terceira idade” é a personificação do “envelhecimento sem velhice” e a velhice, que é um processo natural e inevitável, é associada à falta de cuidados, sobretudo com o corpo. No mundo pós-moderno a responsabilidade pelo envelhecimento é do indivíduo e nesta perspectiva fica dissociada das condições objetivas de existência que cercam cada um que é decorrente da desigualdade social.

O envelhecimento da população é um fenômeno que ganha visibilidade, sobretudo após a Segunda Guerra, quando os países vão passando por uma transição demográfica com a inversão de suas pirâmides etárias, processo que se inicia nos países ricos e industrializados, e a partir das últimas décadas do século XX, se estende aos países ditos subdesenvolvidos, em que se situam na periferia do modo de produção capitalista.

A “terceira idade”, que se constitui no objeto deste estudo, como já dito, é a geração nascida após a 2ª Guerra Mundial, inserida em uma súbita explosão demográfica, os chamados *Baby Boomers*, para quem se direciona o envelhecimento bem sucedido, é a geração consumida pelo desejo de se manter *eternamente jovem*, quer seja pelos produtos anti-idades que consomem, pelas formas de lazer as quais podem desfrutar ou pelas atividades

físicas as quais se entregam para manter a boa forma, etc. É a geração daqueles que podem se dedicar à “arte de envelhecer”.

No que diz respeito às formas de gestão da velhice, observa-se a parceria entre o público e o privado e a forma como o Estado compartilha com o setor privado a sua responsabilidade no enfrentamento das refrações da questão social. A precarização dos serviços públicos oferecidos pelo Estado se mostra funcional aos interesses do capital ao ressignificar o papel da proteção social pelo Estado e convencer acerca da eficiência da qual a iniciativa privada pode lançar mão para implantar de forma eficiente as políticas públicas. É sobre as formas de “gerir a velhice” que se trata o próximo capítulo.

3. AS RESPOSTAS DO ESTADO À QUESTÃO DO ENVELHECIMENTO: PARCERIAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

O terceiro capítulo deste estudo tem como objetivo realizar uma retomada a cerca da construção dos direitos do velho no Brasil, bem como analisar as respostas advindas do Estado quanto a estes direitos. Para tal fim, será utilizado, quanto à política social, a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso, que segundo Teixeira (2009), por si só já pressionam o Estado e a sociedade por respostas. No entanto, estas se inserem em um movimento de interesses contraditórios que atendem ao Estado capitalista, visando obter e manter a hegemonia das classes dominantes.

O envelhecimento da população mundial, como já dito, tem se tornado um fenômeno contemporâneo e mundial, uma preocupação que tem obrigado governos de países ricos e pobres a pensar em formas de gerir a vida humana a partir da perspectiva da longevidade. Surge assim, a partir deste quadro, a necessidade de pensar-se estratégias de gestão do envelhecimento por parte do Estado e na construção e efetivação de políticas de proteção social para esta parcela da população cuja visibilidade já não pode ser ignorada como em outros tempos.

Para Teixeira, (2009) o envelhecimento do trabalhador não se constitui em um problema em razão das suas restrições físicas, mas sim pela impossibilidade de reprodução de uma vida que disponha de valor e sentido na sociedade capitalista. Na medida em que, para o capital, à proporção que envelhece o trabalhador perde seu valor de uso, em razão de ter sido durante toda sua vida laboral explorado e expropriado dos meios de produção fundamentais, bem como, do seu tempo de vida. Dessa forma, não são todos os trabalhadores que sofrem esse processo de exclusão e desvalorização social, mas àqueles que em função da baixa escolaridade e da condição social e econômica, ficam submetidos a uma situação de exploração que promove a exaustão de sua força de trabalho. O trabalhador ao ser privado dos meios de produção fundamentais (de renda) torna-se muitas vezes incapaz de garantir uma velhice com dignidade ficando dependente dos recursos públicos e privados para suprir suas necessidades básicas. Assim, o capital ao atribuir ao trabalhador um valor econômico (referindo-se a sua utilidade de gerar riqueza), na ausência deste, promove desvalorização social e conseqüentemente privação de cidadania e direitos. Levando em consideração as novas formas de exploração e expropriação do trabalhador, a precariedade do trabalho, o

desmonte da proteção social, as determinações da problemática social do envelhecimento dos trabalhadores continuarão a se reproduzir em escala ampliada. Dessa forma, no intuito de ser capaz de garantir uma vida minimamente digna para si e sua família, estes trabalhadores velhos, muitas vezes permanecem no mercado de trabalho, mesmo após a aposentadoria, em condições bem mais precárias das que se encontravam anteriormente, segundo TEIXEIRA (2009).

A busca por uma utilidade e uma atividade que preencha o tempo destes idosos, que diferentemente de outros tempos têm se aposentado em melhores condições físicas e intelectuais, torna-se um desafio. Muitas vezes a atividade desenvolvida após a aposentadoria é a manutenção de seus vínculos com o trabalho, seja para sentir-se incluído em um grupo social seja por necessidade financeira [...]. (TRENTO, 2008, p.42)

O processo de inversão da pirâmide etária no Brasil, que elevou o percentual de velhos na sociedade, acentuou-se, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE demonstram claramente a inversão da pirâmide etária brasileira. No entanto, o envelhecimento da população é um fenômeno mundial e objeto de preocupação de organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde – OMS, sobretudo, nos países pobres, que, por sua vez, terão de gerir os problemas advindos do envelhecimento de suas populações, mesmo sem conseguir romper com a situação de pobreza e dependência imposta pelos países mais ricos. Sua situação de dependência e subordinação ainda se constitui em entraves ao seu desenvolvimento. Quando o envelhecimento da população se antecipa ao desenvolvimento dos países ditos periféricos, dentro do sistema capitalista, a sua situação de pobreza e dependência continuará a favorecer a exploração pelos países mais ricos e seguirá perpetuando uma situação de submissão e miséria que se expressa na dominação.

Os países em desenvolvimento envelhecerão antes de se tornarem ricos.’ Foi com um tom quase profético que a coordenadora do Estudo Global sobre o Envelhecimento e a Saúde Adulta da Organização Mundial da Saúde (OMS), Somnath Chatterji, deu sua declaração por ocasião da divulgação de um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o envelhecimento da população mundial, em 11 de abril de 2007. De acordo com a pesquisa, no ano de 2050, a população idosa será maior do que a de crianças pela primeira vez na História. Para Chatterji, as consequências econômicas e sociais motivadas por essas projeções devem ser objeto de preocupação pública e política: (...) minha mensagem é que o envelhecimento da população é algo que deve ser abordado. Há uma

mudança dramática que atingirá tanto o mundo em desenvolvimento como o desenvolvido (idem, ibidem). (CORREIA, 2009, p.41, Grifos do autor).

Com o envelhecimento da população mundial, a discussão acerca dos direitos sociais e civis desta parcela da população não pode ser mais negligenciada em países pobres e subdesenvolvidos como o Brasil. Outra discussão que surge, no bojo da discussão acerca da conquista por direitos, é a de que os direitos do cidadão devem ser garantidos em todas as etapas de sua vida e que a efetivação de tais direitos pode garantir a este cidadão uma velhice mais amparada e protegida. Porém, assegurar estes direitos apenas na velhice serve apenas como um paliativo e está longe de ser uma solução, uma vez que este processo é complexo e muitas vezes acaba sendo internalizado de forma negativa pelo próprio velho.

A partir disso, compreende-se que, ao nascer, o ser humano se insere em um contexto social permeado de representações sociais e estigmas. Dessa forma, com o passar dos anos, vai internalizando tais concepções e, por fim chega à maturidade embutido de preconceitos referentes à sua própria condição. O idoso carrega preconceitos no tocante à maneira de perceber a maturação, visualizando-a como algo que lhe diz respeito diretamente ou negando-a como se sentisse fora dessa fase da vida. (TEIXEIRA et. al., 2015, p.545)

A aposentadoria é uma importante fonte de renda para a população velha em nosso país, no entanto, existem milhares de velhos que não contribuíram com o sistema previdenciário durante toda vida por que, para sobreviver, tiveram sua mão de obra explorada na informalidade, sem direitos trabalhistas assegurados e, portanto, sem nenhum tipo de proteção social. Mediante tal situação, a partir da promulgação da constituição de 1988 ficou estabelecido o pagamento de um benefício assistencial que seria regulamentado pela Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, como garantia de uma renda básica para aqueles que envelheceram sem nenhuma cobertura previdenciária, assim foi instituído o Benefício de Prestação Continuada – BPC²⁷.que ainda é desconhecido de muitos daqueles que tem perfil para acessá-lo. Esta situação avançou a partir do momento em que o Estatuto do idoso entrou em vigor a partir de 2004, quando aumenta o número de velhos beneficiados.

²⁷ O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) é uma transferência de renda garantida pelo art. 203 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.742/1993, chamada de Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Esse benefício, de um salário mínimo mensal, é direcionado a idosos ou pessoas com deficiência incapazes para o trabalho, cuja renda familiar per capita seja inferior a um quarto de salário mínimo. (Relatório de Auditoria Operacional – TCU)

A lei 10.741/2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, representou um passo importante no reconhecimento dos direitos dos velhos no Brasil, se constituindo em importante instrumento de garantia desses direitos. No entanto, a implementação da lei apresenta também suas falhas:

[...] ele é mais conhecido pelos grupos etários mais jovens do que pelos próprios idosos, tanto que 27% deles declaram não conhecê-lo e nunca ter ouvido falar a respeito. O estado falha ao negligenciar a informação sobre seu conteúdo para ampla parcela dos idosos brasileiros. Essa parcela se constitui na mais pobre e menos escolarizada e, portanto, a mais excluída dos direitos sociais e civis garantidos por essa lei. (SIQUEIRA, s.a, p.213)

Mesmo o velho pobre emerge neste cenário ocupando outro papel no contexto econômico, desmistificando a ideia de que o envelhecimento é sinônimo de dependência econômica, visto que, muitos velhos são chefes de domicílios sustentando, além de si, a família de filhos desempregados e dando grande contribuição no orçamento familiar.

No campo da saúde, quais seriam as necessidades básicas dos idosos? Afinal, quanto mais envelhecida se encontra uma população, mais exposta se encontra à doença, dependência de cuidados relacionados à sua higiene pessoal, alimentação, incapacidade relacionada à perda da autonomia, o que, por sua vez, acarreta sentimentos de tristeza, insegurança e inutilidade:

É urgente, portanto viabilizar a execução da Política de Saúde do Idoso. Esta adota como princípio norteador da capacidade funcional, que prioriza ações de promoção e prevenção, considera como eixos de atuação o idoso independente e o fragilizado e apresenta o Programa de Saúde da Família como a principal estratégia para a provisão de serviços e atenção à população idosa. Reconhece também a influência dos estigmas do envelhecimento e da precariedade social sobre a saúde dos idosos, propondo ações multi e interdisciplinares que exigem a integração com as demais políticas públicas, especialmente a Política de Assistência Social (BRASIL, 2006, apud SIQUEIRA, s.a, p.215).

Não se pode dizer que o Estado brasileiro esteja ausente no campo da saúde, mas pode se afirmar que as condições de precariedade ainda se fazem presentes neste campo, sendo que, as ações de prevenção, diante de uma realidade de recursos cada vez mais escassos, constituem-se em um foco importante para a atuação do SUS²⁸ no que diz respeito ao atendimento à crescente população de velhos.

²⁸ Em 1988, por ocasião da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, foi instituído no país o Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a oferecer a todo cidadão brasileiro acesso integral,

Em paralelo às modificações observadas na pirâmide populacional, doenças próprias do envelhecimento ganham maior expressão no conjunto da sociedade. Um dos resultados dessa dinâmica é uma demanda crescente por serviços de saúde. Aliás, este é um dos desafios atuais: escassez de recursos para uma demanda crescente. O idoso consome mais serviços de saúde, as internações hospitalares são mais frequentes e o tempo de ocupação do leito é maior quando comparado a outras faixas etárias. Em geral, as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos. (COSTA e VERAS, 2003, s.p.).

Em seus estudos sobre Políticas Públicas para a saúde do idoso, Camacho e Coelho (2010), apontam algumas ações que poderiam promover uma reorientação dos serviços de saúde através de um maior investimento na atenção básica²⁹, buscando amparar de forma adequada o velho com discussões de estratégias preventivas e de promoção à saúde, juntamente com o treinamento e a capacitação dos profissionais que atuam na rede de atenção básica junto à população idosa.

No Brasil, a preocupação com a acessibilidade é um elemento novo no rol das preocupações públicas e hoje isto acontece porque o velho é visto como um sujeito de direitos e deve ser garantido ao mesmo o direito de usufruir do espaço físico, quer seja público ou privado. As cidades brasileiras se atentaram para a questão de pensar os espaços muito recentemente, sobretudo em função dos velhos e das pessoas com deficiência. Mesmo cidades modernas e planejadas no Brasil, tiveram que fazer suas adaptações para atender a esse

universal e gratuito a serviços de saúde. Considerado um dos maiores e melhores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS beneficia cerca de 180 milhões de brasileiros e realiza por ano cerca de 2,8 bilhões de atendimentos, desde procedimentos ambulatoriais simples a atendimentos de alta complexidade, como transplantes de órgãos. Os desafios, no entanto, são muitos, cabendo ao Governo e à sociedade civil a atenção para estratégias de solução de problemas diversos, identificados, por exemplo, na gestão do sistema e também no subfinanciamento da saúde (falta de recursos). (FIOCRUZ – Site Institucional)

²⁹ A atenção básica ou atenção primária em saúde é conhecida como a "porta de entrada" dos usuários nos sistemas de saúde. Ou seja, é o atendimento inicial. Seu objetivo é orientar sobre a prevenção de doenças, solucionar os possíveis casos de agravos e direcionar os mais graves para níveis de atendimento superiores em complexidade. A atenção básica funciona, portanto, como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos. No Brasil, há diversos programas governamentais relacionados à atenção básica, sendo um deles a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), por exemplo. Consultas, exames, vacinas, radiografias e outros procedimentos são disponibilizados aos usuários nas UBSs. A atenção básica também envolve outras iniciativas, como: as Equipes de Consultórios de Rua, que atendem pessoas em situação de rua; o Programa Melhor em Casa, de atendimento domiciliar; o Programa Brasil Sorridente, de saúde bucal; o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), que busca alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades etc.

público garantindo outro direito conquistado, o da acessibilidade, assegurado pela lei nº5296/2004, que institui a Lei da acessibilidade³⁰.

As respostas que o Estado pode dar à problemática do envelhecimento, através das políticas sociais, podem se efetivar através da descentralização político-administrativa com do fortalecimento do município com centro propulsor das ações necessárias à efetivação de tais políticas. Em função das necessidades demandadas pela população idosa, cabe ao Estado gerir as políticas sociais de forma à:

[...] privilegiar a formulação, ma execução, e a destinação de recursos públicos para essa finalidade. Compete-lhe também mobilizar a opinião pública em relação às demandas do processo de envelhecimento e estimular a participação do idoso no processo da construção e implementação das políticas que atendam às suas necessidades, uma vez que o Estatuto do Idoso lhe assegura o papel de protagonista. (NERI et al., 2004).

Assim, em 1994 é instituída a Política Nacional do Idoso (PNI) pela Lei 8.842, de 4 de janeiro e regulamentada pelo Decreto nº 1.948, identificada como um conjunto de diretrizes e orientações básicas para as Políticas Sociais voltadas para o idoso. Já no seu Art. 1º, diz que: “A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. As principais diretrizes norteadoras da PNI estão relacionadas ao incentivo e viabilização de formas alternativas de cooperação intergeracional; atuar junto às organizações da sociedade civil representativas dos interesses dos idosos com vistas à formulação, implementação e avaliação das políticas, planos e projetos; priorizar o atendimento dos idosos que se encontrem em condição de vulnerabilidade por suas próprias famílias em detrimento ao atendimento asilar; promover incentivos e investimentos nas áreas de geriatria e gerontologia; priorizar o atendimento do idoso nos órgãos públicos e privados prestadores de serviço; além de potencializar discussões e o desenvolvimento de estudos voltados a questão do envelhecimento. Tendo esta política estipulado atribuições a cada órgão governamental e

³⁰ Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das 20 edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

determinado às funções do Conselho de Idosos em nível Federal, Estadual e Municipal (CAMARANO, 2004).

O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) é um órgão colegiado de caráter deliberativo, que faz parte da estrutura básica da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), tendo como objetivo elaborar as diretrizes para a formulação e promulgação da Política Nacional do Idoso, observando as linhas de ação e as diretrizes conforme estabelece o Estatuto do Idoso, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

Em 1999, o Ministério da Saúde (MS) elaborou a Política Nacional de Saúde do Idoso (Portaria 1.395/GM do MS) em decorrência do entendimento de que os altos custos direcionados ao custeio de tratamento médico dos pacientes idosos não atendiam suas reais necessidades. Esta política apresenta dois eixos norteadores sendo eles medidas preventivas com especial destaque para a promoção da saúde e atendimento multidisciplinar específico para este contingente.

Após sete anos de tramitação no Congresso Nacional foi sancionado em 2003 o Estatuto do Idoso, que representa um importante passo da legislação brasileira por ser uma lei especialmente voltada para os idosos, levando em consideração suas necessidades específicas e tornando-os sujeitos de direitos.

Uma das medidas estabelecidas pelo Estatuto do Idoso é a assistência social aos indivíduos com mais de 65 anos e que não possuam meios de prover a própria subsistência, nem possuam familiares que possam provê-la. Neste caso, o Estatuto prevê um benefício mensal de um salário mínimo. Referente à questão da saúde, o idoso tem o direito de receber medicamentos gratuitos, principalmente os de uso contínuo (para hipertensão e diabetes), próteses, recursos para outros tratamentos, habilitação ou reabilitação, além de ter o direito a atendimento preferencial no Sistema Único de Saúde (SUS). Outra determinação é que os planos de saúde não podem cobrar valores diferenciados baseados apenas na idade. Outro ponto é relacionado ao transporte público, os indivíduos deste grupo etário podem utilizar gratuitamente o transporte.

3.1. A gestão da velhice através das políticas públicas

Uma das concepções políticas do neoliberalismo é a do Estado Mínimo³¹, sendo que, o grande desafio na parceria do Estado com as organizações representativas da sociedade civil está relacionado à presença deste Estado em setores onde sua atuação é imprescindível. Uma das grandes preocupações que envolvem esta parceria é que a mesma acabe se constituindo em uma forma de facilitar ou legitimar a saída do Estado daqueles espaços onde sua atuação se faz de fundamental importância e não podendo simplesmente ser substituída pela conhecida “Responsabilidade Social”³², característica do voluntariado dentro da iniciativa privada.

As novas formas de enfrentamento da questão social, postas pelo Estado, capital e sociedade, a partir dos anos 1980, e aprofundadas na contemporaneidade, atingem o modo de fazer política social e se consubstanciam nas estratégias de “participação solidária” da sociedade civil. Esta tem reatualizado estratégias históricas constituídas pelas classes sociais no enfrentamento de mazelas sociais, como a filantropia, o trabalho voluntário, o cooperativismo, dentre outras, cuja capacidade de “desmonte” dos sistemas de proteção social público, pelo menos do modelo que se expandia nos pós-guerras e servia de referência enquanto tipo ideal para a expansão das políticas sociais, avança, crescentemente, principalmente nos países de menor resistência, tradição e legitimidade nesse modelo de política social. (TEIXEIRA, 2013, p.270)

Teixeira (2009) desenvolve a ideia de que a parceria entre o público e o privado, no que diz respeito à gestão do envelhecimento, segue uma lógica de reformulação do Estado que busca por um lado restringir sua área de atuação (influência do Neoliberalismo) e por outro desempenha seu papel permanecendo com a função de manutenção e regulamentação da proteção social. O privado neste contexto emerge como o denominado Terceiro Setor³³, que, por sua vez, personifica este novo modelo de gestão do envelhecimento.

³¹ Estado que reduz suas funções àquelas que são consideradas mínimas, notadamente à manutenção da ordem. A expressão quer dizer que o investimento público acontece apenas onde há grande pobreza. Os serviços mais lucrativos são privatizados, como aconteceu com o setor de produção e beneficiamento do aço e com muitos bancos no Brasil. Por fim, a União passa para estados e municípios a tarefa de investir nas áreas sociais, com ajuda de empresas, organizações não-governamentais e entidades filantrópicas. (www.jusbrasil.com.br)

³² Os conceitos sobre responsabilidade social são inúmeros a mesma pode ser referida como: a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e a redução das desigualdades sociais (Instituto Ethos apud Saavedra, s, a, p.5).

³³ O Terceiro Setor é um movimento mundial que envolve novos modelos de gestão e, conseqüentemente, uma organização social, e vem sendo objeto de debates de diversas áreas. Esse movimento tem como

No contexto de funcionamento do modo de produção capitalista, o Estado é um ente representativo, sobretudo dos interesses do setor dominante da sociedade, sendo que, dentro desta lógica, o desenvolvimento de qualquer iniciativa sempre privilegiará os interesses de quem é dominante e detentor do capital, por isso esta parceria e tudo mais que ela representa deve ser analisado com cautela, sobretudo quando o discurso sobre a velhice vem associado á imagens como: desamparo, solidão e marginalização social.

No Brasil, dentro da lógica de prestação de serviços públicos, a precarização dos mesmos é funcional á lógica do sistema capitalista, que reforça a ideia de um Estado que se mostra ineficiente no que diz respeito ao atendimento das demandas sociais, criando assim, condições para que a iniciativa privada se destaque e ganhe visibilidade, reforçando cada vez mais uma imagem associada à eficiência. Dessa forma, no que diz respeito às políticas públicas de gestão da velhice, os serviços e a assistência que deveriam ser prestados aos idosos pelo governo vão paulatinamente sendo transferidos ao setor privado, com o repasse dos recursos ao Terceiro Setor. Essa relação não resulta necessariamente em benefícios para os idosos, apenas abre espaço para certo grau de liberalidade para o campo empresarial que utiliza a velhice em prol de criação de mecanismos para se beneficiar e por ventura gerar lucros.

Assim, as organizações privadas prestam um serviço ao Estado à medida que, ao tratar das mazelas sociais relativas aos velhos sob a égide da filantropia ou da educação continuada legitimam a ausência do poder público ao eximi-lo do enfrentamento das expressões da questão social. A ação das organizações da iniciativa privada mascara a ausência do Estado, minam os mecanismos de proteção social criados pelos órgãos estatais e desenvolvem maneiras de divulgação de suas imagens como empresas intervencionistas, que tem responsabilidade social e que se preocupam com as expressões da questão social. Desta maneira, amenizam os conflitos de classes e retiram de cena a capacidade de intervenção do setor público no cuidado com os idosos.

característica ser um setor não governamental, não lucrativo; é um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público; complexo e heterogêneo. Atua nas seguintes áreas da assistência social: movimentos sociais e associações civis, formas tradicionais de ajuda mútua, Organizações Não Governamentais (ONGs) e filantropia empresarial. (Onishi, 2011, p.10)

O empresariado constrói uma imagem de envelhecimento que atende aos seus interesses. Essa imagem trata o envelhecimento como algo que deve ocorrer dentro de certo padrão, caso isso não aconteça, a responsabilidade é exclusivamente do indivíduo que não soube aproveitar corretamente seu tempo de trabalho e lazer. Com esse raciocínio, o meio privado passa a controlar o tempo e a forma como é utilizado o tempo de lazer, moldando a forma como se envelhece, como se o processo de “envelhecimento saudável” pudesse ser universalizado, como se neste contexto as questões de ordem econômica e social pudessem ser desconsideradas.

O indivíduo velho passa então a receber várias orientações sobre como envelhecer, havendo uma nova imagem e consideração sobre o corpo, seus cuidados e o relacionamento com a saúde. A saúde, inclusive, tratada de forma precarizada, fica comprometida pela falta de alimentação correta, de descanso e de exercícios físicos e que tais condições somente podem ser asseguradas para aqueles que têm condições financeiras para bancá-las. Assim, o velho pobre, por sua vez, fica excluído das condições mínimas necessárias para garantir este envelhecimento bem sucedido.

Em 1994, foi instituída no Brasil a Política Nacional do Idoso, que foi regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Porém, desde a década de 1960, no Brasil, observa-se uma mudança no trato da problemática do envelhecimento através de uma iniciativa do SESC – Serviço Social do Comércio – por meio da implantação dos Centros de Convivência e das Escolas abertas à Terceira Idade, programas instituídos pela iniciativa privada com o objetivo de desenvolver atividades voltadas aos idosos.

Segundo TEIXEIRA (2008), com base nesta filosofia do bem envelhecer o SESC foi pioneiro no trabalho social com os idosos e na organização dos centros de convivência, sendo que os primeiros grupos voltados para idosos datam da década de 60 do século XX e tinha o objetivo de gerar uma nova sociabilidade como alternativa à marginalização social:

O objetivo que o SESC afirma querer atingir com a criação de programas específicos para idosos é de contribuir para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida do homem, fundamentando-se na idéia de que o fenômeno da “marginalização” constitui preocupação das instituições voltadas para o bem estar social. Para tanto, suas ações, no sentido de prevenir a marginalização social dos idosos – que, segundo ele, se origina com a perda gradual de papéis e funções sociais, diminuição do grupo de convivência, ausência de aspirações culturais e de responsabilidades definidas – devem ser garantidas pelo trabalho educativo. (HADDAD, 1986, p.88)

Haddad em seu trabalho *A Ideologia da Velhice* (1986), faz uma crítica à leitura feita pelo SESC acerca da “problemática social” que envolve a velhice. Para a autora, os fatores aparentes como a marginalização, o desamparo e a solidão, neste contexto, ganham conotação cultural e universalizante, sendo considerados como fatores determinantes, enquanto as questões da desigualdade social relacionadas às condições objetivas de existência que marcam a trajetória do velho aposentado da classe trabalhadora ficam encobertas.

Dessa forma, nessa simbiose entre o público e o privado, como coloca TEIXEIRA (2013), dentro do contexto do neoliberalismo, o Estado que não pode se desvencilhar da proteção social, compartilha essa responsabilidade com a sociedade civil pelo atendimento das refrações da questão social.

As iniciativas da sociedade civil de proteção social ao idoso, sob o ideário da responsabilidade empresarial, e a sua proliferação na década de 1990, através de outras organizações sociais, instituem uma nova modalidade de serviços sociais, baseada no mix público/privado. Assim penetram no aparelho do Estado, m que as regulam, normatizam, legalizam, através de diretrizes e princípios que regem a política setorial; adotam como modelo de fazer política social incentivando, financiando ou apenas responsabilizando a sociedade civil não constituindo um conjunto indiferenciado de organizações, seu poder de decisão é limitado e redirecionado ao cooperativismo, o que tem redefinido a noção de participação social dessas organizações nas diversas etapas da construção e implementação da política pública, já que, para o capital e o Estado, a partilha de poder é apenas uma estratégia de desregulamentação dos direitos sociais, de cooperativismo, de solidarismo entre as classes no enfrentamento da questão social, mascarando os antagonismos de classes e os interesses de grupos. (TEIXEIRA, 2008, p.298)

A função das políticas públicas voltadas para os velhos neste contexto de aumento da longevidade da população é de promover a inserção social do indivíduo que envelhece nas dinâmicas sociais e criar estratégias para o enfrentamento da ineficiência e o despreparo das instituições públicas que por sua lentidão criam entraves à efetivação de direitos já conquistados, colaborando, dessa forma, na perpetuação de uma realidade excludente que denuncia a desvalorização dos velhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs, a partir de uma perspectiva crítica, estabelecer discussões acerca da problemática do envelhecimento no contexto do capitalismo na contemporaneidade, alicerçado na mudança na forma de se conceber a velhice, tendo início nos países desenvolvidos e, posteriormente, atingindo os países subdesenvolvidos. A velhice adquiriu uma perspectiva mercadológica e passa a oferecer produtos direcionados a este público, vendendo a idéia da não velhice, alimentando a ilusão de se alcançar a juventude eterna, não mais limitada a uma faixa etária, mas enquanto um estilo de vida.

Com o surgimento do termo “terceira idade” na França em meados dos anos 1960 tem início outra forma de se conceber a ideia de velhice dentro da sociedade capitalista. Em uma sociedade que valoriza a juventude, onde esta não se limita mais a uma fase delimitada cronologicamente no contexto de vida do sujeito, mas passa a ser adotada como um estilo de vida divulgado pela mídia, o qual pode ser adotado mesmo na velhice. Assim, a velhice passa a ser associada a uma falta de cuidados com o corpo e não como um processo natural e inevitável na vida do ser humano, a maturidade e experiência, outrora características desta fase, assumem uma importância secundária neste novo contexto:

Em um ambiente em constante transformação como o das sociedades ocidentais contemporâneas, a maturidade e a sabedoria, frutos da experiência acumulada, perderam seu valor. A velhice passou a ser “um modo de expressar uma atitude de negligência com o corpo e de falta motivação para a vida, uma espécie de doença autoinfligida” (DEBERT, 2010, p. 51).

Desta maneira, neste contexto de mercantilização da velhice, o ideal a ser alcançado é o do “envelhecimento sem velhice”, cuja falta de cuidados com o corpo associada á velhice é de responsabilidade do indivíduo e não uma decorrência de condições objetivas de vida características, sobretudo da desigualdade social característica da sociedade capitalista.

A transição demográfica, assim, constitui-se em um processo que se originou nos países centrais, considerados ricos e industrializados, após a Segunda Guerra Mundial (1945-1951), se estende agora para países como o Brasil, considerado em desenvolvimento e que não alcançou ainda um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) capaz de assegurar à sua população de forma geral condições de vida minimamente adequadas em pleno século XXI.

Para entender-se a mercantilização da “terceira idade”, precisamos primeiramente entender a forma como esta sociedade assimila o ideal de juventude. A juventude neste caso não se refere a uma idade cronologicamente definida, mas a um estilo de vida divulgado, sobretudo pelos meios de comunicação. No mundo da pós-modernidade, a responsabilidade pelo envelhecimento passa a ser do indivíduo e nesta perspectiva acaba ficando dissociada das condições objetivas de existência que cercam cada um e que, por sua vez, é decorrente da desigualdade social característica das sociedades capitalistas. Dessa forma, o ideal de envelhecimento ativo não se estenderá a todos os velhos, apesar dos apelos publicitários dos meios de comunicação.

No contexto da mercantilização da velhice, a mercadoria “terceira idade”, ao individualizar o envelhecimento, coloca a realização e a satisfação pessoal acima das necessidades básicas de reprodução de sua força de trabalho, como foi preconizado por Marx no primeiro capítulo de *O Capital*, é o consumo orientado pelo desejo da fantasia, ou seja, é o consumo orientado pelo fetiche da mercadoria. Retornando à fala de Marx: *“A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”* (MARX, 2001, p. 57. Livro I, v.1).

Ou seja, neste contexto, a inserção social do velho ou sua marginalização, nesta sociedade, passa a se dar pela via do consumo, em outras palavras, com a construção da “terceira idade”, o envelhecimento ganha outro sentido e a sociedade de consumo do capitalismo se apropria da velhice e de certa forma promove sua valorização enquanto mercadoria e/ou mercado de consumo para bens e serviços, como descreve Teixeira (2008). Assim, o modelo de envelhecimento ativo, que insere o velho como consumidor de bens e serviços ou o mantém como trabalhador no mercado torna-se parte do mecanismo de acumulação e deixa explícita a heterogeneidade neste processo de envelhecimento, marcado pelas diferenças e desigualdades desta categoria.

Embora a “terceira idade” conceba a velhice sob outros aspectos, tais como o envelhecimento ativo e participativo, o preconceito e a discriminação com a velhice não pode e nem devem ser desconsiderados. Com base nessa realidade, o Estado busca dar respostas à problemática do envelhecimento através de legislação específica como o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, pois, não se pode desconsiderar que, se por um lado existem

velhos saudáveis que desfrutam de lazer e participam ativamente da vida social, por outro lado existem aqueles que doentes, enfraquecidos, decadentes e dependentes estão abandonados no seio de uma família, sendo muitas vezes maltratados ou sendo institucionalizados e afastados desta família. No entanto, esta realidade do envelhecimento é pouco divulgada, pelo simples fato que esta face da velhice não se constitui em uma possibilidade mercadológica porque não sendo uma fonte de geração de mais-valia, encontra-se desprovida de valor para o sistema capitalista porque não gera lucro.

Através de resistências e lutas sociais, os trabalhadores defendem seu direito ao envelhecimento. A garantia de renda nesta fase da vida é essencial e isto pode ser garantido pelas aposentadorias para aqueles velhos cuja condição econômica e social garantiu-lhes um bom emprego e conseqüentemente um reconhecimento formal se sua vida produtiva. No entanto, para o velho pobre que ficou à margem do processo de distribuição de renda, ele passa a ser objeto das políticas sociais do governo, em função da desigualdade social e econômica a qual ficou submetido.

Assim sendo, neste contexto, o Estado se coloca em um papel de neutralidade, de concessionário de benefícios como se estivesse acima da luta de classes, ou mesmo, como se não houvesse a luta de classes, quando se sabe que o mesmo existe em função de garantir os interesses dos setores dominantes da sociedade. No caso do Brasil, as reformas previdenciária e trabalhista pretendidas e defendidas pelo governo constituem-se em retrocessos nos direitos conquistados pelos trabalhadores á duras penas, em seus embates com as classes dominantes do país.

Enfim, o que se observa é que a problemática do envelhecimento se constitui em um fenômeno recente nos países periféricos do sistema capitalistas, isto é, nos países pobres como o Brasil em que a transição demográfica é uma situação que obriga o Estado a dar respostas á situação posta, mas ao mesmo tempo sua forma de dar estas respostas vem se alterando à medida que diminuindo os recursos na área assistencial, conseqüentemente reduz quantidade de benefícios a serem concedidos, altera os tempos de contribuição previdenciária e expande os limites de idade para obtenção da aposentadoria, desta forma, busca diminuir sua responsabilidade na proteção social de uma maneira geral. Assim é o Estado mínimo do neoliberalismo, mínimo para o social, mas que se mostra máximo para o capital.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.V. et. al. **A feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o riso social.** Textos & Contextos, Porto Alegre, RS, v.14, n.1, p. 116-131, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/19830/13313>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. **O que é Alzheimer.** Disponível em: <<http://abraz.org.br/sobre-alzheimer/o-que-e-alzheimer>>. Acesso em: 29 mai. 2017.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história.** 9 ed. São Paulo : Cortez, 2011. 213 p.
- BELO, Isolda. **Velhice e mulher: Vulnerabilidade e Conquistas.** Revista Feminismos, Pernambuco, v.1, n.3, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/84/82>>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- BERZINS, M. A. V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 75, p. 19-35, 2003.
- BLESSMANN, E. J. **Corporeidade e envelhecimento: o significado do corpo na velhice.** Lume Repositório Digital UFRGS, Porto Alegre, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3105/000382152.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 jul. 2017.
- BRAGHINI, N. C.; DONIZETI, T.O; VERONEZE, R.T. **As bases sócio históricas da ontologia do ser social: o trabalho.** III Simpósio mineiro de assistentes sociais. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/as%20bases%20s%20c%20socio-hist%20rica%20da%20ontologia%20do%20ser%20social.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- BRITO, M. D. C. C. et al. **Envelhecimento Populacional e os Desafios para a Saúde Pública: Análise da Produção Científica.** Revista Kairós Gerontologia, SP, v. 3, n. 16, p. 161-178, jun. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/viewFile/18552/13738>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- BULLA, L. C; KAEFER, C. O. **Trabalho e aposentadorias: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado.** Revista Virtual Textos & Contextos, [S.L], n. 2, dez. 2003. Disponível em: <http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8023/2/Trabalho_e_aposentadoria_as_repercussoes_sociais_na_vida_do_idoso_aposentado.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2017.
- CAMACHO, A. C. L. F; COELHO, M. J. **Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática políticas públicas para a saúde do idoso.** Revista Brasileira de Enfermagem REBEN, RJ, v. 2, n. 63, p. 279-284, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n2/17>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. RJ, IPEA, 2002.

_____, A. A. **Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60?** RJ, IPEA, set, 2004. 60 p

CARTA CAPITAL. **A reforma da previdência de temer: um ataque aos direitos mantendo privilégios**. Disponível em: < <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/04/28/reforma-da-previdencia-de-temer-um-ataque-aos-direitos-mantendo-privilegios/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

CORREA, M. R. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade**. SP. Cultura Acadêmica, 2009. 129 p.

CUNHA, E.S. **Velhices: múltiplas faces de um processo socialmente construído**. 246 p. 2008.

DEBERT, G. G. **A Invenção da terceira idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 34, São Paulo, junho de 1997. Acessado em: 02 ago. 2017

_____. **A Reivenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. 1. Ed. 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

_____. **A dissolução da vida e a juventude como valor**. Horizontes Antropológicos, vol.16, 34, Porto Alegre, Jul/Dec, 2010.

ESTEVEES, P. S; SLONGO, L. A. **O crescimento da terceira idade: necessidade de adaptações no mercado**. UFRGS. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/950.pdf>>. Acessado em: 24 jun. 2017.

FERREIRA, V. N. **O Envelhecimento feminino na sociedade do espetáculo**. UFJF, MG jan. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/labesc/files/2010/06/O-envelhecimento-feminino-na-sociedade-do-espet%C3%A1culo.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

FREITAS, A. A. **O homem e a história na filosofia da práxis de Adolfo Sanchez Vázquez**. I Congresso de História e Literatura: “Tempo e Narrativa”, GO, jan. 2016. Disponível em: <seer.ufms.br/index.php/fatver/article/download/1296/822>. Acesso em: 19 jul. 2017.

FREITAS, M.C.D. et al. **Perspectivas das pesquisas em gerontologia e geriatria: revisão da literatura**. Rev. Latino-am Enfermagem, SP, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n2/10518.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

GUASSÚ, R. A.O. **A ilegalidade das limitações impostas pelos planos de saúde**. Disponível em: <<http://www.lbs.adv.br/a-ilegalidade-das-limitacoes-impostas-pelos-planos-de-saude/>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

GUEDES, M.E.F. **Thompson e Scott: Algumas Reflexões**. Psicologia – Ciência e Profissão, DF, v. 15, n. 1, 2, 3. Jan. 1999. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/222/99>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

HADDAD, E. G. M. **A ideologia da velhice**. SP, Cortez, 1986.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

JESUS, A. R. **A imagem da recriação da juventude: televisão e propaganda**. UFBA, BA, nov. 2008. Disponível em:

<<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/11354/1/Dissertacao%20Altair%20de%20Jesusseg.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

LIMA COSTA, M. F.; VERAS, R. . **Saúde pública e envelhecimento**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, jun. 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300001>. Acesso em: 06 ago. 2017.

LIMA, O. B. A. et al. **O idoso frente ao processo de envelhecimento: produção científica em periódicos online no âmbito da Saúde**. COFEN, [S.L], p. 1-8, fev./mar. 2012.

MAFFIOLETTI, V.L.R. **Velhice e família: reflexões clínicas**. Psicol. cienc. prof. vol.25 no.3, DF, 2005 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000300002>. Acesso em: 26 jul. 2017.

MAGALHÃES, D. N. **Invenção Social da Velhice**. Rio de Janeiro, 1987. 98p.

MARX, Karl, **O capital: crítica da economia política: livro I/ Karl Marx**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 29ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. v.: (966p.) 1818-1883.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Livro 1, Volume I).

MATOS, C. L. A. **Envelhecimento, terceira idade e consumo cultural**. 3º encontro baiano de estudos em cultura, Cidade, v.00, n.11, p.111-222, jan.2012. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/envelhecimento-terceira-idade-e-consumo-cultural.pdf> >.

MATOS, C.L.A. **A juvenilização do idoso na cultura de consumo: construção de identidade e culto ao corpo**. 18º Redor: Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no Campo da Militância e das Práticas, PE,nov. 2014. Disponível em:

<<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1933/657>> Acesso em: 21 jul.2017.

MENDES. R.S.S.M.B. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**.

dez./fev. 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MOTTA, AB. **Envelhecimento e sentimento do corpo**. In: MINAYO, MCS., and COIMBRA JUNIOR, CEA., orgs. Antropologia, saúde e envelhecimento [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 37-50. ISBN: 978-85-7541-304-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-04.pdf>>.

NASCIMENTO, D. **A velhice através dos tempos e nos relatos literários de Noberto Boechat**. Verbos de Minas, MG, v.8, n 16, p. 171-197, dez. 2009. Disponível em:<http://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/Numero%2016/12_OUTROS1_DALMA_VM_1_2010.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

NERI, A. L. **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. Editora Fundação Perseu, Edições SESC SP, 2007. 288 p.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social** 8 ed. São Paulo : Cortez, 2011. 176 p., 2012.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8º ed. SP, Cortez, 271 p., 2012.

OLIVEIRA, M.C.R; FERNANDES, M.; CARVALHO, R.R. **O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: uma tentativa análise**. V Jornada Internacional de Políticas Públicas, MA, jan. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/TRANSFORMACOES_NO_MUNDO_DO_TRABALHO/O_PAPEL_DO_IDOSO_NA_SOCIEDADE_CAPITALISTA_CONTEMPORANEA.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PALACIOS, A. R. J. **Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre conceito de mudanças discursivas na publicidade contemporânea**. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/palacios-annamaria-velhice-palavra-proibida.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

PENA, F. G; MARTINS, T.S. **Baby Boomers, X e Y: diferentes gerações “coexistindo” nos ambientes organizacionais**. Pó em Revista, [S.L], n. 10, p. 8-14, jun. 2015. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/pos/wp-content/uploads/2015/06/E10-ADM-01.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

PEREIRA, C. B. **Considerações sobre o conceito de marketing teoria e prática gerencial**. BA, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v16n50/07.pdf>>. Acesso em 03 de jul. de 2017

PEREIRA, P.A.P. **Política de assistência social para a pessoa idosa** . Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/4.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

PINHOLATO, ANIELE ZANARDO. **Apropriação e expropriação da velhice como um dos elementos para a reprodução do capital**. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2602/1/tese_6474_Aniele%20Zanardo%20Pinholato.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PITANGA, D. D. **Velhice na cultura contemporânea**. Unicamp, [S.L], abr. 2007. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-04-23T124159Z-80/Publico/Danielle%20Pitanga.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

PLONER, K.S. et al. **O significado de envelhecer para homens e mulheres**. Scielo, Rio de Janeiro, p. 142-158, jan. 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-14.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

SANTOS, J. S. **“Questão social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. 272 p.

SANTOS, R.A; BERTOLDI, J. **O turismo na melhor idade: uma análise macro deste nicho de mercado**. Revista científica eletrônica de turismo. ano IX, n. 16, jan. 2012. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/hvEr2BrxvFIFiCR_2013-5-23-17-51-40.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SCHMITT, C.H. **O problema do reajuste de plano de saúde por mudança de faixa**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-set-14/garantias-consumo-problema-reajuste-plano-saude-mudanca-faixa>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SILVA, F. A. **Sobre o fetichismo do capital em Karl Marx**. UFBA, BA, jan. 2011. Disponível em: <http://www.ppgf.ufba.br/dissertacoes/Francisco_Silva.pdf> . Acesso em: 22 jul. 2017.

SILVA, N. L; XAVIER, M. P. **A terceira idade como foco das propagandas midiáticas de consumo**. SP, volume 21, n.2, 203-215, 2012

TAVARES, K. O. et al. **Envelhecer, adoecer e tornar-se dependente: a visão do idoso**. Revista Kairós Gerontologia, SP, v. 3, n. 15, p. 105-118, jun. 2013.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3989366.pdf>>. Acesso 08 de jul. de 2017.

_____. **Sistema de proteção social brasileiro na contemporaneidade: “novas” relações entre estado e sociedade?** Revista FSA, PI, v.10, n.1, p. 264-280, jan/mar. 2013. Disponível em: <<http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/viewFile/115/66>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: As implicações para a proteção social no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 328 p.

TEIXEIRA, S. M. O. *et al* **Reflexões acerca do estigma do envelhecer na contemporaneidade**. RS, v.20, n.2, p.503-515, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/45346>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

TRENCH, B.; SANTOS, C. G. **Menopausa ou menopausas?** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 91-100, 2005.

TRENTO, G. **Idosos e mercado de trabalho: um estudo sobre os idosos aposentados que continuam trabalhando formalmente no comércio do centro de Florianópolis.** Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/ssocial285320.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

VALENÇA, C. N.. **Mulher no climatério: reflexões sobre desejo sexual, beleza e feminilidade.** vol.19 no.2 ,SP, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902010000200005>. Acesso em: 25 jul. 2017.

VASCONCELOS, T. B. de et al. **Radicais livres e antioxidantes: proteção ou perigo?** CE, v. 16, n. 3, p. 213-9, mar./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.pgskroton.com.br/seer/index.php/jhealthsci/article/viewfile/449/419>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A. M. H. C; OLIVEIRA, E. L. **Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências.** Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/pdfs/livros/arq_23_cap_14.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2017.

ZARUR, A.P; CAMPOS, J.L. **A juventude como valor na modernidade líquida.** Temática, PB, v.11, n. 1, jan 2015. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/viewFile/22679/12544>>. Acesso em: 20 jul. 2017.